



ISPA | Instituto Universitário

ÁREA DE PSICOLOGIA CLÍNICA

“Famílias: Influências no Desenvolvimento e Comportamento Infantil,
Através da Percepção de Pais e Professores”

Cláudia Rodrigues Sequeira de Figueiredo – Nº 13885

ORIENTADOR: Prof. Doutora Teresa Botelho

Instituto Universitário de Psicologia Aplicada

SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Prof. Doutora Teresa Botelho

Instituto Universitário de Psicologia Aplicada

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2010

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Teresa Morais Botelho, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre, na especialidade de Psicologia Clínica, conforme despacho da DGES n.º 19673 / 2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Dedicatória

Ao meu avô que sempre em tom espirituoso gostava de me chamar Sra. Doutora.

Ainda não sou Doutora avô, mas já faltou mais.

Obrigada por teres existido na minha vida.

Agradecimentos

Um obrigado muito especial à Prof. Dra. Teresa Botelho pela paciência e orientação na construção deste trabalho.

Gostaria também de agradecer pela facilitação na recolha de dados: ao Sr. Director José Baptista, à Sra. Directora Sandra Baptista, ao Sr. Director Durbalino Martins, ao Sr. Professor José Maria Antunes, à Sra. Maria João Garcia, à Dra. Isabel Ribeiro Pereira e ao Rodolfo Casimiro.

Gostaria também de agradecer à Prof. Tânia Varela o apoio no tratamento de dados dos estatísticos.

A todas as minhas colegas de seminário e estágio: Catarina, Filipa, Edna, Margarida Costa Pereira e Alexandra Pinto. Alexandra, obrigada pelos dias e noites em que me apoias-te sempre.

A todos os meus amigos pela paciência, amizade e carinho que me ajudaram em tudo e me deram forças para conseguir continuar em frente: Adriana Correia, Joana Pinto, Andreia Alves, Raquel Roque, Teresa Pinheiro, Ana Catarina Araújo, Joana Nelhas, Ruben Santos, Lurdes Almeida, Andreia Carvalho, Michael Dickinson e Rita Correia.

Ao meu namorado Guilherme, obrigado por tudo.

Obrigada à Ritinha por me ter acompanhado neste longo mas frutuoso percurso que me ajudou a trilhar.

A toda a minha família e um especial obrigado à minha tia Maria Luísa. Aos meus pais por me terem dado a oportunidade de estudar o que eu escolhi e me apoiarem sempre nas minhas decisões. Obrigada mãe sem ti não seria possível.

Resumo

A família desempenha um papel importante do desenvolvimento e comportamento infantil, sendo que o divórcio pode tornar-se uma experiência stressante. O presente estudo, de carácter exploratório comparativo, tem como objectivo verificar se existem diferenças no comportamento de crianças em situação monoparental, com pais separados ou divorciados, e crianças em famílias intactas, pais juntos ou casados, através da percepção de pais e professores. Os Instrumentos utilizados foram: *Child Behaviour Checklist*, *Teacher's Report Form* e o Questionário de Caracterização da Amostra. A amostra, de conveniência, é constituída por 30 crianças em famílias monoparentais e 32 crianças em famílias intactas a frequentar o 1º ciclo (6 aos 10 anos). Segundo os resultados, os professores tendem a identificar as crianças do grupo monoparental como tendo mais problemas de comportamento do que as crianças do grupo de famílias intactas o que leva à ideia de que o divórcio poderá ser um factor importante no comportamento infantil.

Palavras Chave: famílias, desenvolvimento infantil, comportamento

Abstract

Family plays a very important role in the development and behaviour of infant's, there for, divorce may be a very stressful experience for them. The objective of this exploratory comparative research is to check if there are differences in child's behaviour between a single parent's situation, with divorced or separated parents, and children with two parents married or living together, through the perception of their own parents and teachers. The instruments used to evaluate the sample were: *Child Behaviour Checklist*, *Teatcher's Report Form* and The Sample Characterization Questionnaire. This convenience sample is consisted by 30 children from a single parent situation and 32 other children from families with two married parents, between 6 and 10 years old. According to the results obtained, teachers tend to identify single parents' children as having more behaviour problems than the ones from married parents; therefore divorce can have an important role in children's behaviour.

Keywords: families, infant's development, behaviour

Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. A Família	3
2.2 O Desenvolvimento e Comportamento Infantil	7
2.3 Divórcio	13
3. Método.....	24
3.1. Delineamento	24
3.2 Participantes	25
3.3 Procedimento	25
3.4 Material	26
4. Resultados.....	29
4.1 Análise Descritiva das variáveis de caracterização da amostra.	29
4.2 Análise Estatística.....	30
5. Discussão.....	37
6. Conclusão	45
7. Referências	47
8. Anexos.....	51

Anexo A – Questionário de Caracterização da Amostra	52
Anexo B – Carta de Autorização de Recolha de dados	54
Anexo C – Folha de Rosto do Protocolo de Avaliação	55
Anexo D – Carta de Consentimento por Escrito.....	56
Anexo E - Inventário de Competências Sociais e Problemas de Comportamento em Crianças e Adolescentes	57
Anexo F – Teacher’s Report Form	60
Anexo G – Estatística Descritiva das Características da Amostra	61
Anexo H – Output do Teste à Normalidade	75
Anexo I – Output de comparação do comportamento nas crianças em situação monoparental e crianças em famílias intactas.....	76
Anexo J – Output de comparação do comportamento entre sexos nas crianças em situação monoparental	78
Anexo K – Output das diferenças de comportamento nas crianças do sexo masculino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta).....	79
Anexo L – Output de comparação do comportamento das crianças do sexo feminino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta).....	80
Anexo M – Output de comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, consoante a existência de irmãos	81
Anexo N – Output de comparação das respostas dadas pelos pais e pelos professores, relativamente ao comportamento das crianças em situação monoparental	82
Anexo O – Output de comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, conforme a frequência de visitas do progenitor que saiu de casa	83

*“A família é um grupo de referência
para o indivíduo,
desde que ele nasce até que morre.” (Vaz & Relvas, 2007)*

1. Introdução

Portugal foi o país a registar o maior número de divórcios entre o período de 1995 e 2004 entre os países da Europa dos 15, passando dos 12.322 divórcios para 23.348, mais 89,4%. Contudo estes dados não significam que em Portugal as pessoas se divorciam mais do que nos restantes países Europeus, muito pelo contrário, segundo dados do *Eurostat* (Organismo Europeu de Estatística), a taxa de divórcios no Norte da União Europeia chega aos 0,6%, enquanto que em Portugal essa taxa foi de 0,3% (Carneiro, 2006).

Na década de 70, mais propriamente em 1975, o divórcio em Portugal foi reconhecido legalmente para a população portuguesa e a partir daí a taxa de divórcio tem vindo a aumentar progressivamente: entre 1975 - 79 a média de divórcios por ano situava-se nos 4 794 casos; na década de 80, a média de divórcios por ano aumenta para 7 947 e na década de 90 os divórcios cresciam para 13 093 por ano. Em 2000/2001, a média de divórcios continuou a aumentar (19 173) (Instituto Nacional de Estatística, n/d).

Curiosamente, a partir dos anos 70 o casamento começa afirmar-se cada vez mais como uma união de escolha individual, baseada em vínculos afetivos, o que conduz naturalmente a uma maior instabilidade matrimonial. Assim sendo, e ainda que paradoxalmente, o casamento baseado no amor tem cada vez mais o divórcio implícito em si (Guerra, 2005).

Desde que o divórcio se tornou mais comum nas sociedades que muitos autores se interessaram por este fenómeno e sobre as consequências do mesmo no seio familiar. Neste sentido será pertinente prestar a devida atenção a eventuais modificações de comportamentos que possam existir nas crianças que passam por esta mudança e identificá-los para que se possa agir de imediato. Em 1991, Amato e Keith analisaram 92 estudos que comparavam o bem-estar de crianças cujos pais se tinham divorciado com crianças cujos pais se encontravam casados um com o outro. Esta análise e outros estudos realizados nos anos 90 chegaram à conclusão que as crianças filhas de pais separados obtiveram resultados mais baixos no que diz respeito ao auto-conceito (Wenk, Hardesty, Morgan, & Blair, 1994, cit. Amato, 2000), aos

resultados acadêmicos (Astone & McLanahan, 1991; Teachman, Paasch & Carver, 1996, cit. Amato, 2000), a alguns problemas de comportamento (Doherty & Needle, 1991; Simons and Associates, 1996, cit. Amato 2000), à capacidade de adaptação (Forehand, Neighbors, Devine, & Armistead, 1994; Kurdek, Fine, & Sinclair, 1994, cit. Amato, 2000) e na saúde, a longo prazo (Tucker et al., 1997, cit. Amato, 2000).

Tendo em conta que o divórcio é ainda um fenómeno recente é normal que as soluções encontradas e a adaptação das mentalidades à própria realidade do divórcio, não sejam ainda as melhores e mais adequadas a melhor servir os interesses da família (Ribeiro, 2007).

2. Enquadramento Teórico

2.1 A Família

Existem tantas definições de família como as teorias que sobre ela se debruçam, contudo, nesta investigação, será dada maior atenção às teorias mais actuais que definem a família como um lugar privilegiado de formação da personalidade e trocas afectivas, tendo portanto um papel fundamental no desenvolvimento da personalidade da criança e do jovem (Berry, Çigdem Kagitçibasi, Georgas, Poortinga & Vande Vijler, 2006; Vaz & Relvas, 2007).

Sprey (2001, cit. Conger, Lorenz & Wickrama, 2004) usa a analogia de um rio para descrever a família: tal como um rio, a família é complexa, está em constante mudança e assim como molda, também ela é moldada pelo ambiente em que existe. Durante a história da humanidade o conceito de família tem vindo a evoluir e a sofrer alterações importantes ao nível das diferenciações sexuais, ao nível biológico, ao nível da função do homem e da mulher e ao nível do simbólico e das proibições, tudo isto em função das próprias mudanças sociais. Estas mudanças vão-se traduzir no interior da estrutura familiar, assim como no seu funcionamento (Bayle, 2005).

Do ponto de vista histórico começa-se por olhar a família na Idade Média: uma família sem qualquer privacidade completamente virada para o exterior (família alargada, vizinhos) na qual as emoções e a sexualidade são vistas como meio de procriação. No séc. XVII surge a família patriarcal independente dos outros parentes e do exterior. No começo do séc. XVIII sucede-se a família nuclear, fechada, que partilha fortes laços emocionais. É muito diferenciada da família alargada, preocupando-se com a educação dos filhos e a escolha do conjugue faz-se em função de uma relação de amor. Nesta família o pai perde um pouco o seu papel autoritário e a mulher ganha alguma valorização ao nível familiar, ainda que continue a ter um papel passivo. No séc. XIX, Freud introduz a noção de família edipiana, na qual a diferenciação sexual é valorizada, surgindo uma mulher mãe, possibilitando a emergência do feminino na dinâmica familiar (Roudinesco, 2002, cit. Bayle, 2005). No século XXI a família rural passa a ser uma família urbana num ambiente industrializado, onde os *media* começam a ter alguma influência nos valores e atitudes familiares. A entrada da mulher no mercado de trabalho aumenta e passa também a ser dado um grande ênfase à satisfação e realização pessoal (Jackson & Leonetti, 2001).

Durante muito tempo a criança ocupou um lugar periférico na família. Contudo, ao longo do tempo, a criança passa a ter um papel central no seio familiar, que por sua vez, passa a existir em função da criança (Leal, 2005).

Na actualidade a família é cada vez mais nuclear existindo autores que defendem que a família está em crise, enquanto outros afirmam o contrário, referindo que o que existe são novas formas de família, novas formas de encarar e viver a família (Guerra, 2005).

Do ponto de vista sistémico, a família é encarada como um sistema, um todo que só numa perspectiva holística pode ser compreendida segundo Gameiro (1992): “ *A família é uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo de indivíduos isolados (...) a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade desta estrutura*” (pág.11) (cit. Relvas, 1996). A família é um todo que faz parte de outros sistemas e contextos, são estes sistemas sociais inseridos em contextos culturais e comunitários, que afectam o comportamento das próprias famílias (Relvas, 1996; Shaffer, 2005), que por sua vez são constituídas por unidades mais pequenas, sendo a menor de todas o indivíduo. Deste ponto de vista pode-se então falar de uma hierarquização sistémica (Relvas, 1996).

A família é um sistema permeável às influências do meio que varia conforme o nível de organização familiar, sendo que cada família tem um dinamismo próprio que lhe concede individualidade e autonomia própria, sujeita também a forças internas próprias. Nesta linha de pensamento, os pais influenciam os filhos, mas também os filhos influenciam o comportamento e as práticas educacionais dos pais. A família não é apenas um sistema no qual ocorrem mudanças de desenvolvimento, mas a sua própria dinâmica também muda com o desenvolvimento dos seus membros (Shaffer, 2005). Neste sentido, para que possamos conhecer um indivíduo como por exemplo “pai” ou “mãe” temos de o conhecer no seu seio familiar (Relvas, 1996).

Segundo Relvas (1996), ainda que com algumas discrepâncias entre estádios (quantidade, duração, etc.), existem vários autores que descreveram o ciclo vital da família. De um ponto de vista geral, o ciclo é dividido em cinco estádios contínuos: 1.º formação do casal, 2.º família com filhos pequenos, 3.º família com filhos na escola, 4.º família com filhos adolescentes e 5.º família com filhos adultos.

Estas etapas referem-se às chamadas famílias típicas, intactas, que obviamente não contemplam uma outra série de variantes, que hoje em dia são cada vez mais importantes para a compreensão da família, como por exemplo o divórcio. Não obstante, também a realidade de cada família pode não ser tão linear como os estádios descrevem podendo, por exemplo, existir sobreposições de estádios e consequentemente a existência de diferentes níveis de desenvolvimento da mesma família, sendo fulcral atender-se sempre às individualidades de cada uma. (Relvas, 1996).

Ao falar de família fala-se também de tempo e de mudança, dois factores implícitos na mesma. O tempo não é cronológico, é um tempo associado às tarefas do desenvolvimento familiar, aos momentos estruturais que progressivamente se vão articulando na família, aos momentos em que se jogam diferentes papéis e posições, assim como às proeminências destes (e.g. um pai é sempre um pai mas o que isso significa em termos relacionais vai-se alterando continuamente), podendo-se, portanto, falar de um tempo próprio familiar (Relvas, 1996).

Na análise da família definiram-se ainda dois eixos, o sincrónico e o diacrónico. O eixo sincrónico refere-se ao espaço familiar (relacional), na estrutura da família, nas relações entre os seus membros, nas alianças e limites, no tipo e no modo de comunicação privilegiados. Assim, são criados padrões e normas de interacção que caracterizam cada família. O eixo diacrónico é o eixo do tempo familiar, fundamental para o desenvolvimento da família. Este eixo observa-se na história familiar, no decorrer da sua vida quotidiana e do seu ciclo vital. Entre estes dois eixos existe um equilíbrio que articula os diferentes contextos relacionais familiares, com a continuidade transgeracional e com a adaptação necessária a essa multiplicidade de contextos (Relvas, 1996).

Segundo alguns autores, numa perspectiva do desenvolvimento, a função mais importante da família é cuidar e fazer com que os seus filhos desenvolvam um sentido social. É na família que se dão as primeiras experiências relacionais da criança, tendo esta um papel deveras importante no desenvolvimento social da criança (Thomson, 1998, cit. Laible, Carlo, Torquati, & Ontai, 2004; Jackson & Leonetti, 2001).

Nesta linha de pensamento, pais e profissionais da família e da infância preocupam-se com o bem-estar da criança na família. Mas que família é esta? Tem de ser a família original? Pode ser só a mãe ou o pai? E quando a criança é mal tratada? (Singly, 1996, cit. Leal, 2005).

Actualmente, existem novos tipos de parentalidade que não são mais do que formas que as pessoas conseguiram arranjar para serem pais e mães, sendo elas: a parentalidade por adopção, as monoparentalidades, as parentalidades plurais, as parentalidades mistas (famílias reconstituídas), as parentalidades homossexuais e as parentalidades medicamente assistidas (Leal, 2005).

A adopção é um processo legal que pode ser deveras complexo e refere-se à legalização de um filho, não biológico, concedendo à criança e aos pais adoptivos, os mesmos direitos e deveres de um filho biológico (Leal, 2005).

Com o crescimento do divórcio/separação, das custódias não partilhadas e sendo a parentalidade assumida por apenas um dos pais, o fenómeno da monoparentalidade generalizou-se e passou a corresponder a uma realidade muito heterogénea, sendo a única circunstância comum o facto de a criança apenas habitar com um dos progenitores. Nesta situação deve-se falar em biparentalidade, i.e., na existência de duas famílias monoparentais. Uma separação não implica que exista perda de contacto, relação ou interacção, muito pelo contrário, isto pode acontecer em qualquer tipo de família devido a circunstâncias específicas, como por exemplo razões profissionais. Do ponto de vista psicológico, o que se impõe não é a coabitação, mas sim a ordem simbólica em que a existência de um pai e de uma mãe se implicam (Leal, 2005). Neste estudo iremos ter em consideração apenas as famílias monoparentais no caso de divórcio.

Nas parentalidades plurais, na sequência da separação, os pais exercem a parentalidade separada, não existindo qualquer cumplicidade no projecto educativo. Deste modo, as crianças têm estilos de vida completamente diferentes quando estão com um progenitor e quando estão com outro. Acontece também que muitas vezes esta parentalidade tem intervenções educativas de novos cônjuges dos pais, avós, outros familiares e amigos (Leal, 2005). As crianças desenvolvem-se melhor quando há cooparentalidade entre os pais, nomeadamente quando se apoiam mutuamente nas práticas parentais e funcionam em unísono e não antagonicamente (Shaffer, 2005).

As parentalidades plurais aludem a relações entre adultos e crianças nas quais se criam vínculos recíprocos e se vão construindo progressivamente relações de independência, sendo que os adultos assumem uma identidade parental em relação àquela criança em especial e esta, dentro das suas possibilidades desenvolvimentais, um papel filial (Leal, 2005).

As parentalidades mistas ou reconstituídas resultam de outro(s) casamento(s) com filhos e irmãos ou meio irmãos. As primeiras investigações neste campo dirigiram-se para a compreensão das consequências para as crianças em viver com padrastos ou madrastas e também saber qual o nível de “sucesso” destas famílias, no que diz respeito à estabilidade, êxito, adaptação e socialização das crianças, entre outros, (Legros & Bernardette, 1988; Lobo, 1995; Théry, 1993, cit. Leal, 2005) comparativamente com a família tradicional tipo. No final dos anos 80 assume-se que esta família recomposta é também um sistema complexo e aberto, que tem de encontrar possibilidades de coesão e transformação simultâneas, independentemente da sua organização. (Leal, 2005).

Estima-se que, hoje em dia, na América 22% dos homossexuais assumidos têm à sua guarda crianças e que 6 a 14 milhões de crianças vivem com pais ou mães homossexuais (Patterson, 1992; Drucke, 1998, Leal, 2005). A pouca investigação nesta área aponta para que não existam diferenças significativas entre famílias homossexuais e heterossexuais no que concerne à capacidade dos pais em proporcionar um bom ambiente familiar aos seus filhos (Patterson & Redding, 1996, cit. Leal, 2005).

As parentalidades medicamente assistidas são hoje em dia práticas comuns e podem ser usadas por quem não consegue ter filhos, existindo uma vasta gama de recursos disponíveis (fertilização *in vitro*, esperma de um dador, etc.) Neste caso, semelhante ao que acontece na adopção, existe entre o casal o impacto do segredo e a dúvida se devem contar à criança ou não qual a sua origem (Leal, 2005).

Hoje em dia as alterações da família contemporânea são objecto de preocupação renovada e fonte de inquietação por parte de um grande número de investigadores e psicólogos inclusive (Mucchielli, 2002).

2.2 Desenvolvimento e Comportamento Infantil

Na actualidade, existe uma grande preocupação com o comportamento e desenvolvimento saudável da criança sendo que a família, anteriormente abordada, tem um papel fundamental como defensora dessa premissa. Nesta linha de pensamento, muitos autores têm estudado o desenvolvimento e comportamento da criança que tendo em conta o objectivo desta investigação, as teorias seguidamente abordadas terão igualmente em conta o

desenvolvimento infantil, perspectivando os contextos em que a criança se insere e o papel da família nesse desenvolvimento.

Várias escolas estudam o comportamento humano e cada uma delas distingue-se pelos métodos e objectivos específicos sendo as mais expressivas: a etologia, a psicanálise, a psicologia e a psicologia cognitiva (Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2000). Os comportamentos e o psiquismo humano são de uma enorme complexidade e existe um número imenso de variáveis para a sua estruturação. Existem também um sem número de factores que são determinantes, quer para o desenvolvimento global da criança, quer para um simples comportamento isolado (Ribeiro, 2007).

De uma perspectiva global, as crianças entre os 6 e os 10 anos estão numa fase em que consolidam o que adquiriram ao longo da primeira infância e se preparam para a adolescência. Por volta dos 6 anos existe uma grande mudança a nível cognitivo, uma vez que a criança começa de facto a compreender o mundo que a rodeia, a ganhar competências para resolver problemas, a arranjar soluções inovadoras, a reflectir, a avaliar, a perceber que os outros têm um ponto de vista diferente do delas e que isso tem consequências para si e para as suas interacções. Nesta idade também lhes são conferidos mais deveres, responsabilidades e liberdade. Este período é marcado por tensões entre esta nova autonomia e as expectativas da criança, que podem estimular ou não a sua auto-estima (Eccles, 1999).

Outro factor importante nesta idade é a entrada da criança para a escola. Nesta altura começam a passar mais tempo na escola e em outras actividades do que com os pais, recebendo também mais influência dos que lá se encontram (viz. professores, pares, etc.). Nesta fase começa a nascer, na criança, um sentimento de “nós” que ultrapassa a cooperação entre pares estando antes dirigido para as próprias necessidades e interesses pessoais. Torna-se importante a aceitação dos pares e tentam encontrar um equilíbrio entre os comportamentos que os pais esperam e os ganhos sociais destes junto dos pares (Eccles, 1999).

O papel da família é visto por alguns autores (Thomson, 1998, cit. Laible, Carlo, Torquati & Ontai, 2004; Jackson & Leonetti, 2001; Shaffer, 2005) como o princípio primário de socialização pois é na família que as crianças começam a adquirir valores, atitudes e comportamentos adequados à sociedade. Assim sendo, o processo de socialização é entendido como o processo pelo qual as crianças adquirem crenças, valores e comportamentos adequados e aceites pela sociedade em que se inserem. (Shaffer, 2005; Laible, Carlo, Torquati & Ontai, 2004). Caso exista uma relação de suporte que sustente e promova a receptibilidade

da criança para os valores da família, esta vai proporcionar experiências que permitem generalizar esses valores a outras situações sociais (Kagan, 1979 cit. Jackson & Leonetti, 2001). É na família e nas suas relações internas, que a criança aprende as regras básicas de convivência, as normas e os valores, fazendo sentido que o comportamento e atitude futura do indivíduo seja condicionado por estas aprendizagens mais íntimas (Mead, 1970; Parsons, 1971; Michel, 1983; Sullerot, 1993; Strauss, 1997; Ginn & Arber, 1999, cit. Vaz & Relvas, 2007).

Ainda que a família não seja o único agente de socialização da criança, na medida em que escola e pares também têm esse papel de apoio, a família é o mais importante, pois nos primeiros anos de vida, normalmente, é só com ela ou maioritariamente com ela, que a criança convive (Shaffer, 2005). As experiências únicas que a família proporciona fazem com que a relação com os pais e outros familiares mais próximos sejam fundamentais para o desenvolvimento social da criança (Thompson, 1998, cit. Laible, Carlo, Torquati & Ontai, 2004).

Logo que a criança nasce inicia-se um processo de desenvolvimento individual na família, por meio de uma aprendizagem de hábitos, valores e códigos de linguagem que fazem da criança um ser singular, diferente de todos os outros. Neste sentido, o contexto familiar tem uma importância fundamental no desenvolvimento da personalidade da criança e do jovem (Ribeiro, 2007; Vaz & Relvas, 2007).

Em suma, é através da aprendizagem no seio familiar e da parentalidade, que a criança se desenvolve a nível psicológico e social (Vaz & Relvas, 2007). A realidade das interações familiares podem ajudar a criança a preparar-se para a realidade fora da família (Jackson & Leonetti, 2001).

Segundo alguns autores, no seio familiar a relação e o vínculo que se estabelecem nos primeiros anos de vida entre mãe – bebé é fundamental para a diferenciação entre um desenvolvimento saudável ou patológico (Bion, 1962; Winnicott, 1969-75; Bowlby, n/d; cit. Leal, 2005). Outros autores defendem ainda que a relação afectiva durante a infância é o modelo que fica para as relações interpessoais na vida futura, i.e., se estas primeiras relações falharem ou não forem suficientes e a criança não conseguir desenvolver a capacidade de amar e ser amada, as futuras relações vão ser difíceis de conseguir (Tran-Thong, 1987; Malpique, 1990; Sullerot, 1993; Chbani & Pérez-Sánchez, 1998; Sharp & Cowie, 1998; cit. Vaz & Relvas, 2007).

No sentido de melhor compreender o desenvolvimento da criança, relacionando este com o papel da família, considera-se pertinente uma abordagem deste tema de uma perspectiva de sistemas ecológicos.

Nesta perspectiva, a criança tem um papel activo e passivo no seu desenvolvimento na medida em que este modelo enfatiza a importância das relações entre os indivíduos e ambientes em constante mudança, levando a mudanças qualitativas. Neste sentido, acontecimentos pessoais ou ambientais (e.g. o divórcio dos pais) podem levar a mudanças qualitativas súbitas. Assim sendo, temos a teoria de Bronfenbrenner dos sistemas ecológicos, que descreve os múltiplos níveis do ambiente que influenciam o desenvolvimento da criança e do adolescente, uma série de estruturas encaixadas umas nas outras. Existem então quatro estruturas: o microsistema que se refere às actividades e interacções que ocorrem no ambiente imediato da pessoa e que gradualmente se vai tornando mais complexo à medida que as crianças entram em contacto com outros contextos (creche, escolas etc.), dos quais a família é sempre integrante; o mesossistema que são as conexões ou inter-relações entre microsistemas, como a escola, os pares, etc.; o exossistema do qual fazem parte os contextos em que as crianças e adolescentes não fazem parte, mas que ainda assim exercem alguma influência no seu desenvolvimento (e.g. ambiente de trabalho dos pais); por fim o macrosistema, o contexto cultural no qual os micro, meso e exossistema estão inseridos. Estes contextos diferem de cultura para cultura e influenciam os tipos de experiências que as crianças vivem em casa, nas escolas, etc. (Shaffer, 2005).

Bronfenbrenner acreditava que o desenvolvimento infantil tende a ser otimizado por fortes relações entre os microsistemas, contudo pode também resultar em efeitos prejudiciais se as relações entre estes forem frágeis (Shaffer, 2005).

Este modelo engloba ainda uma outra dimensão, o cronossistema, enfatizando que as mudanças na criança ou em qualquer um dos contextos ecológicos podem influenciar a direcção do seu desenvolvimento. O impacto das mudanças no ambiente depende igualmente da idade da criança aquando essas alterações (Shaffer, 2005). No caso específico do divórcio, é natural que este seja difícil para as crianças de todas as idades, todavia é menos provável que os adolescentes tenham sentimentos de culpa relativamente à separação que as crianças mais novas muitas vezes apresentam (Hetherington & Clingmpeel, 1992, cit. Shaffer).

Neste domínio será também pertinente referir a Psicopatologia Desenvolvimental cujo objectivo fundamental é “*o estudo das origens e percursos dos comportamentos individuais*”

de desadaptação comportamental, sejam quais forem as idades de início, as causas, as transformações da manifestação comportamental e por mais complexo que o percurso do padrão desenvolvimental possa ser” (pág.635) (Sroufe & Rutter, cit. Slater & Muir, 1999). Ainda que com o problema da “previsão”, esta perspectiva tenta, a partir do comportamento infantil, antecipar a posterior saúde mental do adulto, tendo em conta algumas premissas (Santostefano, 1978, cit. Sroufe & Rutter, 1999): o holismo i.e., o significado de um comportamento só pode ser determinado dentro do contexto psicológico total, dois comportamentos parecidos podem ter significados diferentes e comportamentos semelhantes podem ser equivalentes em contextos diferentes; a directividade, as pessoas não se limitam a reagir de um modo passivo a estímulos ambientais pois reagem e criam experiências baseadas em tudo o que se passou anteriormente; a diferenciação de modos e alvos, os indivíduos desenvolvem-se em direcção a uma crescente flexibilidade e crescente organização, este conceito comportamental cada vez mais flexível proporciona um critério de exame das diferenças individuais na adaptação e nos desvios desenvolvimentais e por último a mobilidade das funções comportamentais já que com o desenvolvimento as formas iniciais de comportamento ficam hierarquicamente integradas dentro de formas mais complexa de comportamento (Werner, 1957, cit. Sroufe & Rutter, 1999). Em períodos de stress, como uma situação de divórcio, os primeiros modos de funcionamento podem manifestar-se (Sroufe & Rutter, 1999).

Segundo outra perspectiva, a teoria da aprendizagem social de Bandura (1971) e Bandura & Walters (1963, cit. Mack, 2001), as crianças aprendem a comportar-se observando o comportamento das suas figuras de vinculação, modelando-se a esses comportamentos e imitando-os. As crianças constroem os seus modelos internos dinâmicos a partir das relações com as suas figuras cuidadoras. Estes modelos internos dinâmicos são representações do *self*, figuras de vinculação e de relações que foram conceptualizadas como filtros afectivo-cognitivos que irão influenciar o modo como as crianças respondem ao outro e como elas próprias se vêem no mundo social (Bretherton, 1990, cit. Laible, Carlo, Torquati & Ontai, 2004). Assim, se a figura de vinculação for protectora e sensível às necessidades da criança, esta vai construir uma imagem de si própria auto-confiante, capaz de ser amada e irá responder aos outros de uma forma afectuosa e calorosa. Se pelo contrário a figura de vinculação for continuamente insensível às necessidades da criança de conforto e vontade de exploração, a criança vai construir modelos internos dinâmicos de si insegura, não

merecedora de amor e irá responder ao outro de um modo ambivalente ou através da rejeição (Laible, Carlo, Torquati & Ontai, 2004).

Bandura e Walters (1963, cit. Mack, 2001) sugerem ainda que as crianças aprendem a responder ao stress como observam os pais a reagirem nesses contextos. Assim, quando se encontram nessas situações, respondem do mesmo modo que os pais, sendo que as reacções destes ao divórcio são essenciais para determinar como as crianças irão também reagir. Neste sentido, se durante o período de divórcio as crianças são expostas a conflitos parentais é provável que reproduzam esses mesmos comportamentos nas suas relações futuras (Mack, 2001). Frequentemente os filhos significam o manter de uma relação com a qual se queria cortar definitivamente pois são uma extensão da mesma não sendo fácil para dois adultos que estão a sofrer uma separação e estão zangados um com o outro, conciliar as suas emoções com as questões relacionadas com os seus filhos (Guerra, 2005).

No que diz respeito às idades e fases do desenvolvimento da criança e das possíveis consequências do divórcio (Ribeiro, 2007): dos 2 aos 5/6 anos é tempo da identificação de papéis sexuais e da consolidação do eu, da personalidade. Este é um momento bastante importante e sensível, no qual o divórcio tem grande impacto gerando dificuldades de identificação e culpabilidade pelo divórcio dos pais, zanga e irritação, angústia de separação, desejo de aprovação, medo de ser abandonado, tristeza, pesadelos, comportamentos agressivos, baixa de auto-estima e egocentrismo. Os primeiros anos de vida são fundamentais para a estruturação da personalidade e da estabilidade emocional da criança. A segurança que existe nas interacções parentais é fundamental. Quando a separação se dá nos primeiros anos de vida da criança, a ausência de um dos pais vai provocar no outro mudanças de comportamento, mudando a sua interacção com a criança, tendo menos disponibilidade quer psicológica, quer física.

Dos 7 aos 8 anos, a criança já pressupõe uma capacidade cognitiva maior e um manejar diferente do real. A criança tem mais capacidade para fazer frente ao divórcio e tem outros mecanismos de defesa que lhe permitem defender-se. Nesta fase, os sentimentos que geralmente estão associados ao divórcio são: a mágoa, a tristeza, a depressão, a vergonha e o desejo de retaliação.

Dos 9 aos 12 anos as crianças não fantasiam tanto com a reconciliação, conseguindo, algumas vezes, manter-se fora do conflito conjugal e pela sua capacidade de consciencialização têm menos sentimentos de culpa, podendo por vezes ter grandes

problemas de lealdade, vendo a realidade de uma forma dicotômica, “os bons” e os “maus”. Nesta idade pode também acontecer a chamada parentalização da criança, ou seja, fica aliada e confiante de um dos pais, normalmente o que detém a guarda.

Na adolescência os filhos já têm maior noção da sua individualidade, são mais egocêntricos e já não nutrem tanta empatia pelos problemas dos adultos. Aquando as confrontações com os problemas dos adultos mais próximos, experienciam sentimentos de cólera, traição, angústias e preocupações concretas. Esta é uma fase extremamente sensível porque surgem diversos problemas a nível da sexualidade e do mundo em redor. Durante este período acontece a desidealização dos pais.

2.3 Divórcio

Na actualidade uma criança em cada quatro vai ter de enfrentar o divórcio dos pais e uma em cada dez crianças vive só com um deles, normalmente a mãe. Para todas as famílias o divórcio desencadeia uma série de mudanças potencialmente stressantes para todos. Antes orientada por dois pais, a criança e as tarefas familiares são agora responsabilidade de um, sendo que os papéis e organizações familiares podem ficar caóticos. Imediatamente nos meses precedentes ao divórcio muitas famílias enfrentam problemas financeiros que podem resultar em mudanças de casa, escola, emprego, etc. (Ribeiro, 2007).

Segundo Souza (2000) e Ribeiro (2007), o divórcio não é uma situação que acontece de um dia para outro, é um processo complexo que envolve múltiplas mudanças e que antes de acontecer já tem muita história por trás, história essa que muito provavelmente causou à criança dor e sofrimento. Um divórcio é um dos maiores stresses que uma criança pode experienciar como situação ameaçadora e destabilizadora que é, sendo de esperar que as reacções da criança sejam intensas e por vezes duradouras (Ribeiro, 2007). Nestas situações as crianças podem expressar a sua confusão, raiva e ressentimento através de comportamentos agressivos, sendo exigentes e não cooperantes (Hetherington & Stanley-Hagan, 1995).

As crianças têm a sua saúde mental em todos os níveis ligada ao bem-estar dos pais e da qualidade da relação existente entre ambos. Neste sentido, quando estes factores não se reúnem, quando existe conflito entre o casal, divorciados ou não, o bem-estar da criança fica ameaçado. Contudo, se os pais conseguirem resolver os seus conflitos sem envolverem a criança, e o progenitor que tem a guarda conseguir providenciar um ambiente seguro, afectivo

e protector sem qualquer conflito conjugal, a criança poderá conseguir ultrapassar e adaptar-se à sua nova condição da melhor maneira possível (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999, cit. Souza, 2000).

Segundo a teoria da segurança emocional (Davies & Cummings, in press cit. Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings & Farrell, 2006), o conflito parental leva as crianças a preocuparem-se com a sua segurança e, no processo, organiza as suas experiências emocionais subjectivas (medo, tristeza), os seus comportamentos e as suas representações internas do eu, no contexto das relações parentais. Ainda nesta perspectiva, quando as crianças são expostas ao conflito conjugal, as consequências deste para o funcionamento futuro da criança são determinadas pelos seguintes factores: regulação emocional, as crianças podem sentir tristeza, raiva, medo, alívio, felicidade, dependendo de como o conflito conjugal é manuseado e exposto; a intensidade destes sentimentos e como a criança regula a activação dos mesmos; as representações cognitivas, a criança calcula o quão problemático é o conflito, como é que isso pode ser um problema e qual o seu potencial para influenciar outras relações, sendo que crianças oriundas de lares muito conflituosos têm uma tendência maior a desenvolver representações internas inseguras da família e da relação com os outros e por último a regulação comportamental, o que as crianças fazem em resposta aos comportamentos conflituosos demonstrados pelos pais. Em última análise pode dizer-se que a exposição a conflitos conjugais compromete o sentido de bem-estar emocional da criança (Harold, Shelton, Goeke-Morey & Cummings, 2004).

Nos anos 90 a maior parte dos estudos realizados nesta área baseavam-se na ideia de que o divórcio era uma transição stressante da vida à qual a criança e adulto se adaptavam. Esta é a perspectiva de Divórcio - Stress- Adaptação que descreve o divórcio não como um acontecimento isolado mas como algo contínuo que começou ainda o casal era casado, acabando muito tempo depois de o divórcio estar legalmente finalizado (Amato, 2000).

O processo de divórcio atende a muitos factores stressantes que podem influenciar negativamente criança e adulto, no que diz respeito aos comportamentos, às emoções e ao estado físico. A duração e gravidade destas consequências varia de pessoa para pessoa dependendo também da presença de factores moderadores ou protectores (viz. características da personalidade, o significado do divórcio na cultura onde está inserido, uma boa rede social, ter irmãos e avós por perto, entre outros). Dentro deste modelo existem ainda outros dois: o modelo da crise, que vê o divórcio como um distúrbio, ao qual todos os indivíduos acabam

por se adaptar com o tempo e é determinado pelos factores protectores mas de um modo ou outro a criança volta a funcionar do mesmo modo como antes de o divórcio acontecer; e o modelo da tensão crónica defende que durante o processo de separação existem tensões persistentes e duradouras que afectam o bem-estar da criança e do adulto. Neste modelo os factores protectores determinam o nível de stress sentido pelo indivíduo (Amato, 2000).

Outro modelo de divórcio é o de Kalter (1987) que diz que o impacto do divórcio gira em torno de duas componentes de desenvolvimento, uma referente à criança, outra referente ao desenrolar do processo do divórcio. Esta autora defende que o divórcio pode, potencialmente, intervir em 3 áreas do desenvolvimento infantil. A primeira é a capacidade de modular a agressão, os sentimentos da criança de dor originados pela ausência de um dos pais, defendendo-se com raiva e agressividade. A segunda é a capacidade das crianças em separarem-se emocionalmente dos pais. A aceitação psicológica e emocional em casa é essencial para a independência e segurança necessária para se sentirem seguros para saírem de casa. Os pais servem de ponte para a independência e autonomia. Em casos de monoparentalidade normalmente as crianças sentem-se menos confiantes e seguras para dar este passo. A terceira diz respeito à identidade, um divórcio com uma conseqüente ausência masculina “produz” uma lacuna no modelo masculino de identificação de género dos rapazes. As raparigas podem sentir-se abandonadas e rejeitadas e sentir o seu modelo feminino, a mãe, também como rejeitada. A distância ou ausência do pai não permite que este ajude a rapariga a valorizar a sua feminilidade ou a aprender comportamentos femininos. Alguns estudos apontam que muitas raparigas oriundas de famílias divorciadas têm mais dificuldades em adultas, nas relações heterossexuais (Wallerstein, 1985, cit. King, 2001) tendo atitudes mais negativas e conflituosas com os seus pais (Hetherington, 1972, cit. King 2001), casam mais novas e têm percepções negativas acerca dos pais, maridos e do sexo masculino em geral (Hetherington, 1977, cit. King, 2001).

A família (o pai e a mãe) é a base fundamental para o desenvolvimento saudável infantil, é nela que as crianças alcançam um sentido de pertença, estabilidade e segurança. Uma ruptura nesta relação conjugal aumenta o risco de problemas sociais, abuso de substâncias e decréscimo académico (Blankenhorn, 1995; Glenn, 1996; Popenoe, 1996, cit. Amato, 2000). Por outro lado, outros autores defendem que o desenvolvimento saudável da criança pode ocorrer numa imensa variedade de estruturas familiares. Desta perspectiva o divórcio representa para os adultos uma segunda oportunidade de serem felizes e para as crianças uma solução para um ambiente familiar disfuncional. É preferível a paz de uma

separação amigável do que uma batalha incessante no seio da família que deveria ser o lugar seguro da criança, onde ela deveria sentir-se protegida (Coontz, 1992; Demo, 1992; Skolnick, 1991; Stacey, 1996, cit. Amato, 2000; Guerra, 2005). Por uns o divórcio é visto como um mal social, por outros é encarado como um bem necessário para casamentos que já não funcionam (Amato, 2000).

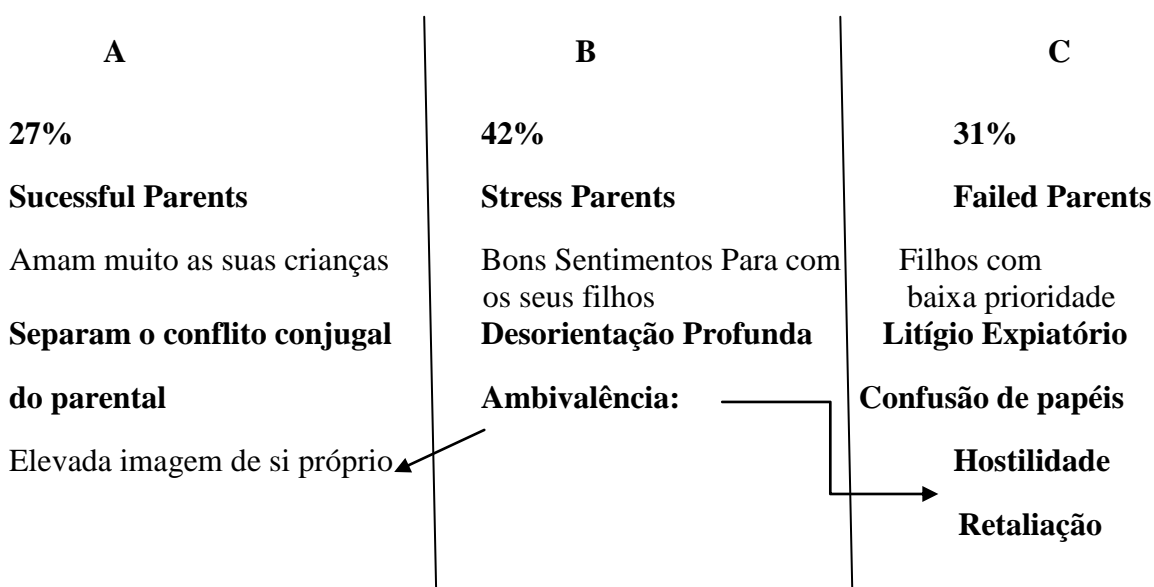
Alguns estudos apontam para que na hora da separação uma grande parte dos pais não diz nada às crianças, aquando da sua partida. Quatro quintos dos pais não conseguem explicar aos seus filhos a sua partida, quer ela seja minimamente programada ou não. Isto pode acontecer porque provavelmente os pais estão mergulhados num grande sofrimento e desorientação. Os pais continuam a amar os seus filhos, isso não é posto em causa, mas a ambivalência da situação, a tristeza, a culpabilidade e o seu desespero leva-os a optar pela fuga, pelo silêncio. As informações que os pais dão à criança e como as dão são cruciais para o processo de adaptação e de reorganização familiar. Os pais podem explicar aos filhos o porquê da separação, que nada tem a ver com eles e também devem explicar o que vai mudar na sua vida a partir do divórcio (Ribeiro, 2007). Este comportamento poderá ter consequências negativas no que toca à relação da criança com o progenitor que saiu de casa e à sua vida futura (Mucchielli, 2002; Ribeiro, 2007).

Como vários autores defendem, as consequências negativas que podem acontecer a longo prazo não têm geralmente a ver com o divórcio em si, mas com a forma como a ruptura conjugal acontece e o desempenho dos pais pós separação (Leal, 2005; Ribeiro, 2007). Estes identificam portanto o conflito conjugal como sendo um factor gerador de stress para a criança (Amato, 1994, 1995; Wadsby & Svedin, 1994; Lamb & cols., 1997; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; McConnel & Sim, 1999; cit. Souza, 2000). Assim sendo, muitos dos comportamentos futuros das crianças, a forma como elas se integrarão no mundo e a forma como viverão as suas vidas, podem ser influenciadas pelas decisões tomadas pelos pais no momento do divórcio (Ribeiro, 2007). Um estudo realizado por Mack (2001) compara crianças filhas de pais separados, chega a esta mesma conclusão, que em adultos, estas crianças, tiveram mais sequelas negativas que as crianças oriundas de famílias intactas. Os adultos que passaram, na infância, por uma experiência de divórcio reportam níveis de relação pais -criança mais baixo do que aqueles que foram criados em famílias intactas. Este resultado vai ao encontro de outros estudos que investigaram a persistência de efeitos negativos do divórcio dos pais em várias dimensões da relação pai filho (Cooney & Uhlenberg, 1992; White, 1994 cit. Mack, 2001).

Um outro estudo realizado por Pett, Wampold, Turner, e Vaughan-Cole (1999, cit. Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009) demonstrou que as crianças filhas de pais divorciados tinham mais problemas na escola do que aquelas cujos pais ainda estavam juntos. Contudo, de acordo com um estudo efectuado por Souza (2000), as reacções negativas iniciais ao divórcio não reflectem necessariamente um comprometimento a longo prazo, o que poderá indicar que essas serão apenas reacções normais à crise.

Bowlby (1973, cit. Mack, 2001) defendia que as crianças respondem de modo diferente conforme o tipo de ruptura da relação. No caso do divórcio no qual o progenitor que saiu de casa pode ser visto como ausente, devido à separação prolongada, a criança normalmente experiencia raiva e hostilidade. No caso de uma separação permanente, como na morte, Bowlby esperava uma reacção diferente, não raiva ou hostilidade mas tristeza. Este autor foca igualmente o papel importante dos pais nas respostas dos filhos, relativamente às separações/perdas, as expectativas dos pais relativamente às respostas dos filhos influenciam as próprias respostas em si. Assim sendo, os pais têm um papel muito importante na resposta dos seus filhos a eventos traumáticos.

Segundo um estudo Americano de Steiman (n/d, cit. Ribeiro, 2007), existem três tipos de pais que face ao divórcio exibem comportamentos diferentes:



O grupo A, os “pais de sucesso” têm uma noção clara dos seus deveres como pais, na separação não confundem, nem misturam os seus conflitos conjugais, com um possível conflito parental. O seu principal objectivo é salvaguardar os seus filhos. Estes pais têm geralmente uma ideia elevada de si próprios e das suas crianças. Os pais do grupo B são pais

muitíssimo desorientados e ambivalentes relativamente às decisões que devem tomar e as opções que fazem estão normalmente relacionadas com a influência das pessoas que os rodeiam nesta fase. Nestes casos, a ajuda dos familiares e profissionais é de extrema importância (Ribeiro, 2007).

O grupo C corresponde a pais que possivelmente já tinham, antes da separação, uma família “desorganizada”, com confusão de papéis e sem limites definidos. Sem qualquer tipo de orientação é provável que estes pais envolvam os seus filhos nos seus conflitos conjugais. O bem-estar das crianças não é uma prioridade pois os pais estão tão envolvidos na mágoa da separação, com sentimentos negativos e hostis um contra o outro, que se descuidam no tempo disponibilizado para a criança, nas regras e no suporte emocional (Astone & McLanahan, 1991; Hetherington & Clingempeel, 1992; Thompson et al., 1992; Simons and Associates, 1996, cit. Amato, 2000; Ribeiro, 2007). Por vezes as crianças presenciam estes comportamentos hostis, pondo em causa a sua segurança emocional, aumentando as suas preocupações em tornar-se um alvo dessa hostilidade, rejeição e raiva (Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings & Farrell, 2006).

Uma relação conflituosa com o ex-conjuge ou o não permitir a participação deste na vida da criança está correlacionada com consequências negativas para a criança e pode contribuir para um decréscimo dos rendimentos escolares, da internalização e externalização de problemas, uma baixa auto-estima e competências sociais mais baixas (Tschann, Johnston, Kline, & Wallerstein, 1990; Hetherington & Clingempeel, 1992; Ellwood & Stolberg, 1993; McLanahan & Sandefur, 1994; Buchanan, Maccoby, & Dornbush, 1996; Clark & Clifford, 1996; Seltine, 1996; Demo & Acock, 1996; Simons and Associates, 1996; DeGarmo & Forgatch, 1999, cit. Amato, 2000).

Alguns autores defendem que sem conflito, o divórcio é um momento de angústia que não deixa sequelas a médio ou longo prazo (Bourguignon et al., 1985 cit. Mucchielli, 2002).

Num divórcio tudo muda para a criança há um pai que sai de casa, há uma mudança na família e a criança depara-se com sentimentos e pensamentos de perda e abandono, perda de um amor que elas pensavam ser para sempre. Dependendo das crianças e de como o divórcio acontece, estas podem experienciar diversos sentimentos. Seguidamente apresenta-se uma lista dos sentimentos mais frequentes elaborada por Gardner em 1980 que embora já tenha sido realizada há algum tempo continua a ser actual, pois agora ou há vinte anos atrás, os sentimentos comuns sentidos pelas crianças aquando da separação dos pais, ainda que com

leves alterações, continuam os mesmos. Por esta ordem ou outra, todos ou só alguns, as crianças que passam por uma separação, experienciam (Ribeiro, 2007):

Tristeza – Depressão: “Sou eu que não mereço ser amado”. Para qualquer criança o amor dos seus pais é um dado adquirido, mas quando estes se separam e se deixam de amar ela começa a questionar-se se o amor que os pais sentem por ela também pode acabar. Assim, pode surgir a ideia rejeição, por parte dos pais, de perder o amor destes e pode também surgir o medo da morte, associados a uma profunda tristeza.

Medo do Abandono: este medo está relacionado com o medo da solidão e de ficar sozinho no mundo. A criança fica com a ideia de que os pais se estão a afastar dela.

Negação ou Recusa da Realidade: existem idades mais propícias que outras para esta recusa mas tal como a negação, esta é também uma fase da evolução do próprio divórcio e os pais muitas vezes têm muitas vezes esta reacção, sendo natural que as crianças também.

Preocupações Concretas: as crianças têm preocupações mais concretas e práticas com as quais muitas vezes os pais ficam surpresos “*quem vai pagar a minha escola?*”, “*quem me leva à escola e às festas de anos?*”, “*quem me vais dar o brinquedo que me prometeram?*”.

Culpabilidade: este é um sentimento frequente em crianças mais novas sobre o qual é necessário falar e explicar. Como imaginam que são o centro do mundo dos seus pais acham que a separação destes aconteceu por sua culpa “*eles separaram-se porque eu me portei mal ou tive más notas*”.

Fantasia da Reconciliação: a fantasia da reconciliação dos pais dura muito tempo, podendo até durar para sempre.

Problemas de Lealdade: muitas vezes os pais no seu sofrimento exigem aos filhos que tomem partidos que escolham estar do lado de um dos pais e que excluam o outro. As crianças de certas idades são muito sensíveis a estes apelos e colocam-se de facto contra um dos progenitores, culpando-o de todo o conflito. Esta encontra-se numa situação paradoxal, “*para amar um não posso amar o outro*”, o que coloca um problema sem solução ou então com uma solução muito ameaçadora para o equilíbrio da criança, escolher um dos pais.

Insegurança e Perda de Estima por si Próprio: as bases nas quais assentava o mundo da criança foram abaladas e se os pais não tiverem o devido cuidado estes sentimentos vão surgir. Se o amor do pais não é eterno também o dos outros não é, “*será que os outros vão*

continuar a gostar de mim?”. Quando para uma criança, amor é posto em causa tudo o resto também o é.

Cólera Raiva e Agressividade: estes são sentimentos normais nesta fase.

O desejo Ardente do outro pai: o desejo ardente do outro pai está relacionado com a perda profunda que a sua ausência provoca.

A vergonha, o Drama: muitas crianças têm vergonha do divórcio dos pais, sendo que estes e outros familiares podem desdramatizar a situação e fazer ver à criança que é uma situação normal e que muitos outros meninos também passam por isso.

Medos e Sintomas Psicossomáticos: quando a criança não fala o corpo fala por ela, sendo exemplo disso as alterações do sono (insónias), alterações alimentares (falta de apetite) e as alterações cutâneas (alergias). Estes sintomas são uma forma da criança responder ao que se está a passar em seu redor ou a comportamentos específicos dos pais.

Para tentar minimizar estes sentimentos os pais precisam de pôr os filhos à frente da separação conjugal e tentar que essa não seja também uma separação parental. As consequências do divórcio dependem da maneira como esse acontecimento afecta o sistema global das relações familiares, i.e., das relações entre os pais e das relações entre estes e os filhos. Os efeitos do divórcio não atingem de modo directo e unívoco o psiquismo e os afectos do indivíduo, tudo depende da dinâmica familiar na qual esses efeitos tomam forma e exercem o seu impacto, cada criança é única em si mesma (Mucchielli, 2002).

O divórcio pode acontecer de várias formas e, como já foi salientado anteriormente, o que é prejudicial à criança não é o divórcio em si mas a forma como os pais se separam e o modo de relacionamento desequilibrado adoptado pelos dois pais pré e pós divórcio (Dunod, 1997). O bem-estar da criança só parece ser ameaçado nas situações em que o divórcio, para além da separação do casal e também uma separação parental (Davies & Cummings, 1998, cit. Harold, Shelton, Goeke-Morey & Cummings, 2004; Leal, 2005). Nesta linha de pensamento, não é o conflito em si que influencia negativamente a criança, mas o modo como os pais gerem e expressam o mesmo (Davies & Cummings, 1998, cit. Harold, Shelton, Goeke-Morey & Cummings, 2004). Alguns autores concluíram que alguns dos sintomas encontrados em crianças cujos pais se separaram de forma conflituosa eram idênticos aos evidenciados pré-divórcio (Amato, 2000; Ribeiro, 2007; Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009).

Contudo não é só o conflito conjugal no divórcio que influencia a criança, existem outros factores: mudar de casa, problemas financeiros, perder o contacto com antigos amigos (mudanças na sua rede social), menos contacto com o pai que saiu de casa e /ou outros membros da família e mudanças na relação com o progenitor com que fica a viver (Hanson, 1999, Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009).

Neste contexto existem alguns factores que estão presentes e podem influenciar o desenvolvimento e comportamento das crianças numa situação de divórcio, a nomear: a qualidade da relação familiar, dependente de como os pais se vão organizar no período de pós-separação e como foi antes explicada à criança (Ribeiro, 2007). Vários estudos apontam para que através da qualidade da relação/vinculação parental se pode prever o comportamento e bem-estar da criança (Amato, 2000 & Love n/d, cit. Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009). A personalidade da criança é também um factor fundamental na medida em que existem crianças com personalidades e formas de estar extremamente diferentes e como tal o impacto da separação será também diferente para cada uma delas. O factor intelectual, umas crianças conseguem canalizar as suas energias para actividades escolares e físicas, outras dispersam-se e não são capazes de se concentrar e ficam bloqueadas no seu sofrimento (Ribeiro, 2007). Por último a idade da criança, sendo que quando as crianças são mais novas existe um maior risco da separação deixar marcas bem mais profundas. Quanto mais pequena a criança, menos mecanismos de defesa tem, absorvendo descontroladamente os diferentes estímulos do mundo que a envolve. (Dunod, 1997; King, 2001; Ribeiro, 2007). A interacção da criança com o mundo que a envolve, a existência e envolvimento com outras fontes de afecto e segurança são essenciais (e.g. avós, irmãos amigos, professores, psicólogos). Estes são de facto factores protectores que podem ajudar a criança a adaptar-se melhor a esta nova situação (Sandler, Tein, & West, 1994, cit. Amato, 2000).

Durante o primeiro ano de vida a criança vai absorver os estímulos através da mãe e do pai ficando só com um deles pós separação. Nesta fase, face ao divórcio as crianças experienciam medo e pânico acerca da separação o que poderá originar cólera e irritabilidade. Neste período as crianças estão muito preocupadas em perceber o quão seguro é afastar-se dos pais e só conseguem fazê-lo com uma base segura, sendo que o desaparecimento de um deles pode ser realmente angustiante (Ribeiro, 2007).

Segundo King (2001), também o género pode ser um factor determinante no modo como as crianças reagem ao processo de separação. Estudos anteriores apontam para que o divórcio seja mais prejudicial para os rapazes, mas estudos recentes indicam inconsistências nestes resultados. Os rapazes respondem ao stress do divórcio através de comportamentos externalizados e as raparigas internalizados (Emery, 1982, cit. King, 2001).

O estudo dos efeitos do divórcio nas crianças torna-se ainda mais complexo devido ao facto de meninos e meninas responderem de modo diferente à separação dos pais, como já foi mencionado anteriormente. Em alguns estudos anteriores observou-se que os meninos em idade pré-escolar são mais afectados com o divórcio dos pais do que as meninas. Elas recuperam melhor e mais depressa do que os rapazes que durante algum tempo depois do divórcio continuam a exibir problemas de comportamento, stress emocional e um rendimento cognitivo mais baixo (Hetherington et al., 1972-1979; Wallerstein & Kelly, 1980; Wallerstein & Blakeslee, 1989, cit. Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen & Booth, 2000). Foram encontrados resultados semelhantes noutra estudo com meninos e meninas em idade escolar, nos quais os meninos apresentavam resultados piores ao nível do stress emocional, das dificuldades académicas (Simon, 1996, cit. Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen & Booth, 2000), da adaptação ao divórcio, da auto-estima (Howell et al., 1997, cit. Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen & Booth, 2000) e de problemas de comportamento (Jenkins & Smith, 1993; Mott, Simons, 1996; Kowaleski-Jones & Meneghan, 1997, cit. Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen & Booth, 2000). Ainda no que diz respeito aos rapazes, o divórcio parece ter mais impacto durante o período de latência e os seus problemas serão mais de ordem dos comportamentos ou a nível académico (King, 2001).

Alguns estudos demonstram que as crianças em idade escolar são mais abandonadas pelos pais, principalmente as raparigas. Admite-se a hipótese de que o pai identifica a filha com a figura da mãe fazendo emergir mais o sentimento de culpa. Quando os pais não têm uma relação profunda com os seus filhos têm tendência a achar que os rapazes têm mais necessidades que as raparigas (Ribeiro, 2007).

A escola desempenha nesta situação de divórcio um papel muito importante pois é lá que a criança passa grande parte do seu tempo. Nesta linha de pensamento, o acompanhamento do professor pode ter um impacto importante sobre estas crianças durante o período do divórcio. Ser professor é exercer um pouco uma função parental na medida em que, embora a outro nível, os componentes são os mesmos, afectos, regras e transmissão de

conhecimentos. Assim, quando um dos seus alunos passa por uma situação de divórcio, o professor pode tornar-se um apoio insubstituível. Quando já existe uma relação com a escola por parte dos pais, é importante e benéfico que estes situem e informem a escola da nova situação familiar da criança. Claro que isto também depende do tipo de relação dos pais com o professor e do professor com a criança, sendo que esta decisão de falar com a escola tem como objectivo criar um ambiente de compreensão entre a criança e a escola nesta fase difícil (Ribeiro, 2007).

Os professores tendem a identificar mais problemas de carácter externalizante, e.g., comportamentos agressivos e estão mais atentos a mudanças de comportamento nas capacidades mais “usadas” na sala de aula, como a atenção e concentração. Por outro lado, os pais estão mais sensíveis a problemas de carácter internalizante, e.g., ansiedade, depressão (Araújo, 2010), pois estão e partilham com a criança momentos a sós e mais íntimos.

A literatura diz-nos também que existem duas tendências quando se comparam as respostas na avaliação de comportamentos das crianças, de pais e professores: na primeira existe uma concordância entre pais e professores, na segunda admite-se uma variação da avaliação realizadas por pais e professores, que poderá estar relacionada com os diferentes contextos e parceiros de interacção (Achenbach & McConaughy, 1987 cit. Silva, 2008).

Assim sendo, esta tese tem como objectivo comparar os comportamentos de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, consoante a sua estrutura familiar, intacta ou monoparental, atendendo às concepções actuais de família e de divórcio, tendo em conta as suas consequências no desenvolvimento e comportamento infantil.

3. Método

3.1. Delineamento

Este é um estudo exploratório, quantitativo e de carácter comparativo na medida em que visa comparar os comportamentos de crianças em situação monoparental, com crianças em famílias intactas.

A amostra é de conveniência visto que as escolas foram seleccionada pela sua proximidade e facilidade de recolha de amostra.

As variáveis são de carácter nominal, intervalar e ordinal, distribuídas por três instrumentos: o questionário de caracterização da amostra (Anexo A), que dá conta das variáveis sócio-demográficas, como por exemplo a idade da criança e o sexo, um Inventário de Comportamentos da Criança o *Child Behaviour Checklist* (Achenbach & Edelbrock, 1983; Achenbach, 1991), preenchido pelos pais, que dá conta das variáveis comportamentais e o *Teacher's Report Form* (Achenbach & Edelbrock, 1984; Achenbach, 1991b), que dá conta também das variáveis comportamentais, mas do ponto de vista do professor.

O principal objectivo desta investigação é comparar os comportamentos de crianças de famílias intactas com os comportamentos de crianças em situação monoparental. Mais especificamente o que se pretende investigar:

1. Comparar o comportamento de crianças em situação monoparental e crianças em famílias intactas;
2. Comparar o comportamento das crianças consoante o sexo em situação monoparental;
3. Comparar o comportamento nas crianças do sexo masculino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta);
4. Comparar o comportamento das crianças do sexo feminino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta);
5. Comparar o comportamento das crianças em situação monoparental, consoante a existência de irmãos;

6. Comparar as respostas dadas pelos pais e pelos professores, relativamente ao comportamento das crianças em situação monoparental;
7. Comparar o comportamento das crianças em situação monoparental, conforme a frequência de visitas do progenitor que saiu de casa;

3.2. Participantes

A amostra é composta por 62 crianças, 32 do sexo feminino e 30 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, a frequentar o 1º ciclo de escolaridade. Para a recolha da amostra recorreu-se a três escolas privadas na área de Lisboa.

Das 62 crianças que constituem esta amostra 32 são filhas de pais casados e 30 de pais divorciados. A média de idades das crianças filhas de pais casados é 7,03 sendo que a idade máxima é 9 e a mínima é 6. A média de idades das crianças filhas de pais divorciados é 7,37 sendo que a idade máxima é também 9 e a mínima 6. No que diz respeito à variável sexo, no grupo de crianças em famílias intactas, 48,5% são do sexo masculino (16) e 51,5% são do sexo feminino (17). No grupo de crianças em situação monoparental 46,7% são masculino (14) e 53,3% são do sexo feminino (16).

3.3. Procedimento

Primeiramente foram realizados os contactos com as escolas e foram marcadas as reuniões de apresentação da investigação, de modo a tornar explícito os respectivos objectivos e o tipo de amostra pretendida. Após o consentimento das escolas para a recolha de dados (Anexo B), o Protocolo de Avaliação foi entregue às crianças pelos professores, que, por sua vez, o entregaram em casa aos pais. Como folha de rosto (Anexo C) do Protocolo de Avaliação constavam as informações relativas às características deste estudo e das questões da confidencialidade. A autorização de participação (Anexo D) e de utilização dos dados foi concebida através de uma carta de consentimento informado anexada também ao protocolo. A recolha da amostra decorreu entre os meses de Dezembro de 2009 e Outubro de 2010.

O Protocolo de Avaliação é assim composto por três questionários, nomeadamente: o *Child Behavior Checklist de Achenbach (CBCL)*, o *Teacher's Report Form (TRF)* e o Questionário de Caracterização da Amostra realizado por mim, com base em alguns autores (Relvas, 1996; Dunod, 1997; Ribeiro, 2007).

3.4. Material

Os dois inventários de comportamento utilizados nesta investigação fazem parte do *Sistema de Avaliação Baseado em Evidências (ASEBA)* (Achenbach, 1991a, 1991b, 1991c, 1991d, 1993; McConaughy & Achenbach, 1994; Achenbach & McConaughy, 1997; Achenbach & Rescorla, 2001) que corresponde a um conjunto de instrumentos desenvolvidos para a avaliação empírica de síndromes. Este instrumento, assim como todos os que o compõem, apresenta uma base empírica e segue o domínio da Psicopatologia Desenvolvimental. Achenbach baseou-se nas propostas de Sroufe e Rutter, (1985), abordadas no enquadramento teórico. Este é um dos instrumentos de avaliação psicológica mais usado no mundo (Achenbach & McConaughy, 2003; Araújo, 2010).

O Child Behavior Checklist (Cbcl) foi criado por Achenbach e Edelbrock, (1983) e Achenbach (1991) foi aferido e adaptado para a população portuguesa em 1994 por António Castro Fonseca, António Simões, José Augusto Rebelo, Joaquim Armando Ferreira e Francisco Cardoso, ficando em português com o título de *Inventário de Competências Sociais e Problemas de Comportamento em Crianças e Adolescentes* (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira & Cardoso, 1994) (Anexo E). O preenchimento desta *checklist* destina-se a pais ou cuidadores, relativamente a comportamentos inadequados das crianças, identificados a partir da sua experiência relacional com os respectivos filhos e observados nos últimos 6 meses (Gonçalves & Simões, 2000).

O Cbcl pode ser aplicado aos pais de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos, existindo diferentes versões específicas para diferentes idades (Gonçalves & Simões, 2000).

Este inventário é composto por 113 itens, distribuídos de forma aleatória que comportam a nove dimensões (sub-escalas) diferentes referentes a síndromes infantis, com o alpha de Cronbach bastante alto em quase todas elas: *Oposição/Imaturidade* (.82), *Agressividade* (.83), *Problemas de Atenção/Hiperactividade* (.77), *Depressão* (.79.),

Problemas Sociais (.53), *Queixas Somáticas* (.73), *Isolamento* (.66), *Ansiedade* (.65) e *Obsessivo/Esquizóide* (.61). Achenbah realizou ainda análises factoriais de segunda ordem a estas dimensões que permitiram extrair dois factores, o factor de Externalização e o factor de Internalização. O factor de Externalização corresponde a tipos de comportamento cujo foco problemático está na relação com os outros (e.g. agressão) e o factor de Internalização refere-se a tipos de comportamento nos quais os problemas estão focados na própria criança (e.g. depressão) (Gonçalves & Simões, 2000). Relativamente à distribuição de comportamentos de internalização e externalização, consoante género e idade a seguinte tabela mostra que as meninas têm mais tendência aos comportamento de internalização que os meninos.

Tabela 1. Distribuição de Género e Idade das Perturbações Psicopatológicas Identificas no ASEBA (Achenbach, T.)

	Pertubações específicas	Meninos: Idades			Meninas: Idades		
		4-5	6-11	12-16	4-5	6-11	12-16
Internalização	Isolamento Social	1					
	Depressão	2	2		4	4	2
	Imaturidade	3		4			
	Queixas Somáticas	4	5	1	2	2	3
	Esquizóide/ansiedade		1	2	1	1	1
	Perturbação da Comunicação		3	3	3	3	4
	Obsessão/Compulsão		4	5			
	Indicadores Finais: Ansiedade/Depressão Isolamento/Depressão Queixas Somáticas						
Zona Intermédia Sobreposição	Problemas Sexuais	1					
	Isolamento Social		1				
	Retraimento Hostil			1			
	Obesidade				1		
	Imaturidade: Hiperactividade						1
Indicadores Finais: Problemas Sociais Problemas Atenção Problemas de Comportamento							
Externalização	Delinquência	1	1	3		3	3
	Agressividade	2	2	2	3	2	2
	Esquizoidia	3			1		
	Hiperactividade		3	1		5	
	Problemas sexuais				2	4	
	Crueldade					1	1
	Indicadores Finais: Comportamento Disruptivo Comportamento Agressivo						

As respostas são dadas numa escala de 0 a 2, em que o 0 corresponde a “não verdadeira”, o 1 a “às vezes verdadeira” e o 2 a “muitas vezes verdadeira (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira & Cardoso 1994).

A cotação deste inventário é realizada através da soma dos vários itens de cada sub-escala que permitem criar um perfil de cada criança, sendo que o ponto de corte se situa no

ponto 70, percentil 98, ponto fronteiro entre a população normativa e clínica (Gonçalves & Simões, 2000).

O Teacher's Report Form (TRF) de Achenbach & Edelbrock, (1984) é também uma checklist semelhante ao Cbcl, aliás derivada desta, traduzida para a população portuguesa por Fonseca, Simões, Almeida, Gonçalves & Dias (1995) (Anexo F). Este inventário de registo de comportamentos dá-nos a percepção do professor acerca dos comportamentos do aluno, da sua prestação académica e em contexto escolar. A versão portuguesa deste inventário destina-se a crianças e adolescentes dos 6 aos 18 anos e é constituído 9 dimensões ou sub-escalas: Comportamentos Agressivos, Ansiedade e Depressão, Comportamentos de Delinquência, Queixas Somáticas, Problemas de Pensamento, Problemas de Atenção, Problemas Sociais, Isolamento Social e Outros Problemas. As repostas, igualmente ao CBCL, são dadas em escalas de 0 a 2, nas quais novamente o 0 corresponde a “não verdadeira”, o 1 a “às vezes verdadeira” e o 2 a “muitas vezes verdadeira (Gonçalves & Simões, 2000).

De salientar que estes dois questionários complementam-se um ao outro e permitem uma leitura mais completa dos dados visto que os itens 112,113 e 118 são comuns a ambos, o que possibilita análise mais pormenorizada de cada dimensão, que é comum também aos dois instrumentos (Gonçalves & Simões, 2000).

O questionário de caracterização da amostra foi elaborado com objectivo de recolher algumas características sócio-demográficas da amostra (ex. idade, ano escolar) e ambientais (ex. com quem vive).

4. Resultados

4.1. Análise Descritiva das variáveis de caracterização da amostra (Anexo G)

Relativamente aos dados sócio-demográficos no total a média das idades das mães, das crianças que compõe a amostra, situa-se nos 38,68 sendo a idade máxima 52 e a mínima 25, a média da idade dos pais situa-se nos 41, sendo a idade máxima 69 e a mínima 26. Relativamente às habilitações literárias 48, 4% dos pais têm um curso superior, assim como 56, 5% das mães têm também um curso superior.

O questionário de caracterização da amostra e o Cbcl foram respondidos na sua maioria pelas mães (81, 1%).

Famílias Monoparentais	
Idade da Mãe	Média= 37, 6
Idade do Pai	Média= 41,2
Habilitações Literárias da Mãe	53,3% têm um curso superior
Habilitações Literárias do Pai	43,3% têm um curso superior
Tempo de Divórcio/Separação	20% - 1 ano 23,3% - 2 anos 16,7% 3 anos
Têm Irmãos	53%
Convivência com os Avós	96,70%
Faz Desporto	73,30%
Agregado Familiar	56, 7% vive com a mãe
Visitas do Pai	33,3% vê o pai de 15 em 15 dias 30% vê uma vez por semana

Famílias Intactas	
Idade da Mãe	Média = 39, 61
Idade do Pai	Média = 40,75
Habilitações Literárias da Mãe	59,4% têm curso superior
Habilitações Literárias do Pai	53,1% têm curso superior
Têm Irmãos	63%
Convivência com os Avós	96,90%
Faz Desporto	90,60%

4.2 Análise Estatística

Foi testada a normalidade às 16 dimensões dos dois inventários de comportamento, através do teste *Kolmogorov- Smirnov* visto que a amostra apresentava um número total superior a 50 (Anexo H). Sendo que o valor de p (p -value) de todas as dimensões foi inferior ao $\alpha=0.05$, rejeita-se a hipótese, a distribuição não segue uma distribuição normal com $\alpha=0.05$. Assim sendo as posteriores análises foram realizadas através do teste não paramétrico *Wilcoxon-Mann- Whitney*, com base nas medianas.

A análise estatística foi efectuada através do *software* PASW Statistics (v.18, SPSS Inc. Chicago, IL) (Marroco, 2010).

Tabela 1: Comparação do comportamento das crianças em situação monoparental e crianças em famílias intactas, $\alpha=0.05$. (Anexo I)

Crianças - Famílias Monoparentais	
Problemas de Pensamento - Trf	Comportamentos de Delinquência - Trf
0,043	0,016

Tabela 1.1: Medianas das dimensões nas quais se observaram diferenças significativas

	Problemas de Pensamento - Trf	Comportamentos de Delinquência - Trf
Crianças Intactas – Famílias Intactas	Média = 0,1250	Média = 0,3125
Crianças Monoparentais – Famílias Monoparentais	Média = 0,4666	Média = 1

Existem diferenças significativas entre os comportamentos das crianças conforme a sua estrutura familiar ($\alpha=0.05$) podendo assim afirmar-se a primeira hipótese. Contudo, esta análise não se demonstra suficiente para apurar se estas diferenças de comportamento são mais significativas num grupo ou em outro procedendo-se portanto a uma análise descritiva. Tendo em conta que o teste Wilcoxon Mann Whitney se baseia na análise de medianas, no caso seguinte, tendo em conta que as medianas deram o valor 0, iremos olhar para as médias. Nas outras dimensões não foram encontradas diferenças significativas.

Como se pode verificar na análise da tabela 1.1, as médias do grupo de crianças em situação monoparental são superiores, nas duas dimensões, às médias das crianças de famílias intactas, o que indica que as crianças do grupo monoparental são identificadas pelos professores como tendo mais problemas ao nível do pensamento e da delinquência que as crianças do grupo de famílias intactas.

Tabela 2: Comparação do comportamento entre sexos nas crianças em situação monoparental, $\alpha=0.05$. (Anexo J)

Cbcl	
Oposição Imaturidade	0,9
Agressividade	0,949
Hiperactividade Atenção	0,087
Depressão	0,41

Problemas Sociais	0,273
Queixas Somáticas	0,265
Isolamento	0,599
Ansiedade	0,075
Obsessivo Esquizóide	0,966

Trf	
Isolamento	0,736
Queixas Somáticas	0,286
Ansiedade Depressão	0,098
Problemas Sociais	0,715
Problemas de Pensamento	0,405
Problemas de Atenção	0,059
Comportamentos de Delinquência	0,666
Comportamentos Agressivos	0,322
Outros Problemas	0,748

Através da análise da tabela 2 pode-se verificar que não existem diferenças entre sexos no grupo de crianças em situação monoparental ($\alpha=0.05$).

Tabela 3: Comparação do comportamento das crianças do sexo masculino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta), $\alpha=0.05$. (Anexo K)

Queixas Somáticas - Cbcl
0,047

Tabela 3.1: Mediana da dimensão onde se encontraram diferenças significativas

Sexo Masculino	Queixas Somáticas
Famílias Monoparentais	Média = 2,42
Famílias Intactas	Média = 4,25

Com um $\alpha=0.05$ foram encontradas diferenças significativas entre as crianças do sexo masculino, entre os dois grupos na dimensão Queixas Somáticas, através do inventário preenchido pelos pais (tabela 3), não sendo encontradas mais diferenças nas restantes dimensões. A fim de se perceber melhor em que grupo, famílias monoparentais e famílias intactas, é que o sexo masculino era identificado como tendo mais problemas foi realizada uma análise descritiva, sendo as medianas apresentadas na tabela 3.1.

Pode-se então verificar que os resultados mais altos foram obtidos nos indivíduos do sexo masculino pertencentes a famílias intactas.

Tabela 4: Comparação do comportamento das crianças do sexo feminino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta), $\alpha=0.05$. (Anexo L)

Ansiedade e Depressão - Trf
0,029

Tabela 4.4: Mediana da dimensão onde se encontraram diferenças significativas

Sexo Feminino	Ansiedade e Depressão - Trf
Famílias Monoparentais	3
Famílias Intactas	1,5

Através da análise da tabela 4 é possível afirmar que segundo os professores as crianças do sexo feminino filhas de pais divorciados têm mais problemas de comportamento na dimensão ansiedade e depressão que as crianças em famílias intactas, não sendo encontradas mais diferenças nas outras dimensões ($\alpha=0.05$).

Na tabela 4.4 pode-se observar que as medianas da dimensão ansiedade e depressão – Trf são superiores nas famílias monoparentais, as crianças do sexo feminino em situações monoparentais são identificadas pelos professores como tendo mais problemas de comportamento que as crianças do sexo feminino em famílias intactas, nesta dimensão.

Tabela 5: Comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, consoante a existência de irmãos, $\alpha=0.05$. (Anexo M)

Isolamento - Cbcl	Comportamentos Obsessivo Esquizóides	Depressão - Cbcl
0,018	0,023	0,034

Tabela 5.1: Medianas das dimensões onde se observaram diferenças significativas

Crianças em Situação Monoparental	Isolamento - Cbcl	Comportamentos Obsessivo-Esquizóides	Depressão - Cbcl
Com irmãos	1,5	2	Média = 0,61
Sem irmãos	3,5	4	2

Na tabela 5 pode-se observar que se encontraram diferenças significativas, nas dimensões Problemas Sociais, Isolamento Social, Comportamentos Obsessivo – Esquizóides e Depressão, identificadas pelos pais, confirmando a hipótese de que existem diferenças de comportamento no grupo de crianças monoparentais, consoante têm irmãos ou não ($\alpha=0.05$). Na tabela 5.1 estão diferenciadas as medianas de cada dimensão conforme as crianças, em situação monoparental, têm irmãos ou não, sendo que as crianças que não têm irmãos são identificadas, pelos pais nestas quatro dimensões, como tendo mais problemas (média no caso da dimensão depressão, mais alta) que as que têm irmãos.

Tabela 6: Comparação das respostas dadas pelos pais e pelos professores, relativamente ao comportamento das crianças em situação monoparental, $\alpha=0.05$. (Anexo N)

Inventário dos Pais		Inventário dos Professores
Comportamentos Agressivos - Cbcl	0,019	Comportamentos Agressivos - Trf
Depressão - Cbcl	0,000	Ansiedade e Depressão - Trf

Ansiedade - Cbcl	0,005	Ansiedade e Depressão - Trf
Queixas Somáticas - Cbcl	0,001	Queixas Somáticas - Trf
Isolamento - Cbcl	0,026	Isolamento - Trf

Tabela 6.1: Medianas das dimensões onde se observaram diferenças significativas

Inventário dos Pais		Inventário dos Professores	
Comportamentos Agressivos - Cbcl	1	Comportamentos Agressivos - Trf	2
Depressão - Cbcl	0	Ansiedade e Depressão - Trf	2
Ansiedade - Cbcl	1,5	Ansiedade e Depressão - Trf	2
Queixas Somáticas - Cbcl	Média = 2,79	Queixas Somáticas - Trf	Média = 0,66
Isolamento - Cbcl	1,5	Isolamento - Trf	1,5

Após apurar quais as dimensões de cada questionário que se podiam comparar directamente, que são cinco, pode-se concluir que existem diferenças em 5 das 6 dimensões, ou seja existem diferenças significativas entre respostas nos dois questionários, a hipótese é confirmada ($\alpha=0.05$).

Na tabela 6.1, após uma análise descritiva das medianas e de uma média da dimensão Queixas Somáticas, na qual a mediana não constituiu um bom indicador, observa-se que não existe uma coerência entre qual dos grupos, pais ou professores identificam mais comportamentos, pois nas dimensões Comportamentos Agressivos, Depressão e Ansiedade são os professores a identificarem mais problemas, na dimensão Queixas Somáticas são os pais e na dimensão Isolamento e Ansiedade tanto os pais como os professores identificaram estes comportamentos.

Tabela 7: Comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, conforme a frequência de visitas do progenitor que saiu de casa, $\alpha=0.05$. (Anexo O)

Cbcl – Oposição e Imaturidade
0,046

Tabela 7.1: Medianas da dimensão Oposição Maturidade onde se encontraram diferenças

	Cbcl – Oposição e Imaturidade
15 Em 15 dias	3
Uma vez por semana	9

Analisando a tabela 7 pode-se verificar que existem diferenças significativas entre as crianças, no grupo monoparental, consoante a frequência das visitas da figura parental que saiu de casa.

Na tabela 7.1. após análise das medianas da dimensão Oposição/Imaturidade, dividindo as crianças por dois grupos, os que vêem o progenitor que saiu de casa de 15 em 15 dias e as que vêem uma vez por semana, pode-se concluir que as do segundo grupo são identificadas pelos pais como sendo as que apresentam mais problemas.

5. Discussão

Terminada a análise estatística e apurados os resultados, estão reunidas as condições necessárias para reflectir sobre eles, compreendê-los e tentar explicá-los à luz da revisão da literatura realizada na primeira parte desta investigação.

Procurando responder ao objectivo principal desta investigação, comparar o comportamento de crianças em situação monoparental e crianças em famílias intactas, verificou-se que existem diferenças de comportamento nos dois grupos em duas dimensões: Problemas de Pensamento e Comportamentos de Delinquência, identificadas pelos professores. Face a estes resultados é possível admitir que o divórcio pode, de algum modo, afectar o comportamento da criança como, alguns estudos já o tinham indicado (Amato & Keith, 1991; Mack, 2001; Pett, Wampold, Turner, & Vaughan-Cole, 1999, cit. Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009).

O divórcio envolve múltiplos factores stressantes que poderão influenciar negativamente a criança no que concerne aos seus comportamentos, emoções e saúde (Amato, 2000). Neste sentido, os resultados obtidos podem ser compreendidos, através desta perspectiva que considera o divórcio como um acontecimento que causa dor e sofrimento à criança, assim como sentimentos de insegurança e medo. Consequentemente, alterações e/ou problemas de comportamento são expectáveis. Por outro lado, estranho seria se perante o divórcio dos pais a criança se mantivesse apática e negasse a sua nova realidade familiar. Neste caso a ausência de qualquer reacção seria tão, ou mais, preocupante como os problemas de comportamento.

Relativamente às respostas dos pais divorciados e dos pais casados, estes não apontaram diferenças de comportamentos entre os dois grupos de crianças. Por outro lado, os professores, como já foi referido, identificaram mais problemas de comportamento nas crianças em situação monoparental. Assim, pode admitir-se a possibilidade de que estes comportamentos problemáticos sejam desencadeados conforme a presença ou ausência de determinados factores/estímulos (e.g. a presença de outros pares) e o contexto em que a criança se insere (Achenbach & MacConaughy, 1987 cit. Silva, 2008). Nesta linha de pensamento, é possível que a ausência dos pais em contexto escolar promova a manifestação dos comportamentos identificados pelo professor. Neste sentido, os pais não identificaram

nenhum comportamento problemático porque possivelmente estes não acontecem na sua presença.

Ainda tentando entender o porquê da diferença entre as respostas dos pais e dos professores, podemos mencionar a concepção de Ribeiro (2007) acerca da disponibilidade dos pais, após um divórcio difícil e sofrido, que pode não ser a desejável para a criança. O progenitor que fica com a guarda da criança pós-divórcio, poderá estar tão imerso na sua própria dor e sofrimento, que não consegue estar tão disponível para a criança, nem tão atento aos problemas de comportamento que podem surgir.

Assim sendo, os professores têm o distanciamento suficiente, da situação acima descrita, que lhes permite dar uma opinião mais imparcial sobre o comportamento da criança. Também pelo facto de as crianças começarem a passar mais tempo na escola, e em outras actividades, do que com os pais, quando iniciam a primária (Eccles, 1999) há uma maior probabilidade de os professores presenciarem e observarem mais comportamentos, problemáticos ou não, do que os pais.

De facto, mais de metade das crianças, desta amostra, em situação monoparental praticam algum tipo de desporto ou outra actividade, o que poderá reforçar a ideia supracitada de que as crianças passam muito tempo fora de casa, nomeadamente na escola e em outras actividades, existindo portanto uma maior probabilidade dos comportamentos identificados surgirem nestes contextos.

Nos dias de hoje escola e família caminham lado a lado para o bem-estar da criança, não só no que diz respeito ao seu percurso académico, mas também no que concerne ao seu bem-estar geral. A escola está cada vez mais atenta à criança e tem cada vez mais em conta o seu bem-estar emocional. Assim, a comunicação entre escola e família torna-se fundamental nesta situação para que, em conjunto, possam trabalhar no mesmo sentido e apoiar a criança na frente escolar e na frente familiar.

Pode também admitir-se que as respostas dos pais estão relacionadas com a desejabilidade social.

Contudo, e para concluir, não se pode por o peso total dos resultados apenas na variável “divórcio” pois como a literatura explica, não será propriamente o divórcio em si que fragiliza a criança, mas sim as circunstâncias em que este ocorre, a existência ou não de conflito conjugal e o modo os pais o expressam e gerem (Davies & Cummings, 1998, cit.

Harold, Shelton, Goeke-Morey & Cummings, 2004; Ribeiro, 2007). Ainda assim, não se pode negligenciar a influência do divórcio, pois este constitui um dos maiores acontecimentos stressantes que uma criança pode experienciar, como situação destabilizadora e causadora de sentimentos de medo e insegurança.

A família, o pai e a mãe são a base fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, pois é na família que ela se sente segura, amada e protegida. A segurança que existe nas interacções parentais é fundamental para a estabilidade emocional da criança (Ribeiro, 2007).

No que diz respeito às diferenças entre sexos nas crianças em situação monoparental, nesta investigação não foram encontradas diferenças. Estes resultados não vão ao encontro de estudos anteriores que verificaram que as crianças do sexo masculino têm mais dificuldade em adaptar-se ao divórcio dos pais e as consequências a nível comportamental, emocional e académico são mais duradouras, do que no sexo feminino (Hetherington et al., 1979, 1972; Wallerstein & Kelly, 1980; Wallerstein & Blakeslee, 1989; Jenkins & Smith, 1993; Simon, 1996; Howell et al., 1997; Mott, Kowaleski-Jones & Meneghan, 1997, cit. Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen & Booth, 2000; Emery, 1982, cit. King, 2001; King, 2001).

No entanto, no que diz respeito ao sexo feminino pode admitir-se a hipótese de que por serem mais retraídas e não darem tanto nas vistas, simplesmente não demonstrem alterações bruscas de comportamento ou atitude, pelo menos a curto prazo. Desta forma, as próprias características da amostra provocariam um enviesamento dos resultados, tendo em conta o facto de que existem mais crianças do sexo feminino do que do sexo masculino, nesta amostra.

Pode-se ainda admitir, relativamente às crianças do sexo masculino, outra possibilidade, a presença de factores protectores ou facilitadores que ajudam estas crianças a lidar melhor com a sua nova situação familiar e os sentimentos a ela associados. A presença de outras figuras protectoras e cuidadoras (e.g. avós, tios), na vida da criança, pode facilitar a adaptação, a compreensão e aceitação do divórcio.

A par das diferenças comportamentais no sexo masculino nos grupos de famílias intactas e monoparentais, as crianças do sexo masculino pertencentes ao grupo de famílias intactas foram identificadas pelos pais, como tendo mais problemas de comportamento que as crianças do sexo masculino do grupo das famílias monoparentais, na dimensão Queixas

Somáticas. Estes resultados não coincidem com os outros estudos acerca da influência do divórcio nas crianças, que chegaram à conclusão de que estas, em situações monoparentais, apresentam mais problemas de comportamento, na auto-estima e ao nível do bem-estar, entre outros, que as crianças de famílias intactas (Amato & Keith, 1991; Mack, 2001; Pett, Wampold, Turner, & Vaughan-Cole, 1999, cit. Woosley, Dennis, Robertson & Goldenstein, 2009).

No que concerne ao sexo feminino, as crianças do monoparental foram identificadas pelos professores como tendo mais problemas de comportamento do que o grupo feminino das famílias intactas, na dimensão Ansiedade e Depressão. Estes resultados estão de acordo com outros estudos realizados que apontam as meninas como tendo mais comportamentos de tipo internalizantes, sendo esta uma característica própria do sexo feminino (Simões, Ferreira & Cardoso, 1994; Emery, 1982, cit. King, 2001; Araújo, 2010). De acordo como alguns estudos (Souza, 2000; Ribeiro, 2007) e como evidenciam os resultados, as crianças que passam por um divórcio podem experienciar um leque variado de sentimentos, do medo à insegurança, da tristeza à ansiedade, independentemente do sexo. Perante o divórcio dos pais as crianças muitas vezes questionam-se sobre o amor dos pais por elas, i.e., pensam que se o amor entre os pais acabou então o amor que sentem por ela pode também acabar. Relacionado a esta ideia pode surgir o medo que os pais a rejeitem, associado a uma tristeza profunda (Ribeiro, 2007).

Quanto à variável irmãos, nas crianças em situação monoparental, os resultados indicam que aquelas que não têm irmãos são identificadas pelos pais como tendo mais problemas de comportamento do que aqueles que têm irmãos. Posto isto, pode admitir-se que estes resultados podem estar relacionados com os factores protectores mencionados pela literatura, que de algum modo ajudam a criança a adaptar-se melhor a uma situação de divórcio. Se durante um processo de divórcio a criança tiver outras fontes de segurança e afecto, como o apoio dos irmãos, elas podem adaptar-se melhor durante o processo de separação (Sandler, Tein, & West, 1994, cit. Amato, 2000; Ribeiro, 2007).

Por vezes, em situações de divórcio, como já foi acima referido, quando as crianças se apercebem do fim do amor entre os pais, questionam-se se o amor que estes sentem por elas poderá também acabar (Ribeiro, 2007). Neste contexto, por exemplo, ter outra pessoa próxima que está a passar pelo mesmo, mas que funcione como apoio tranquilizando e apoiando a criança, pode ter um efeito facilitador e protector, que ajuda a criança a ultrapassar

e adaptar-se à nova situação familiar. Ter um irmão para dizer que está tudo bem, que tudo vai correr da melhor maneira e que estão ambos na mesma situação, juntos, pode fazer a diferença. Ou mesmo ter de ser o irmão mais velho a tranquilizar e apoiar o irmão mais novo pode também ajudá-lo a organizar os seus pensamentos e compreender melhor os seus sentimentos, face ao divórcio dos pais.

Assim ter irmãos e ser irmão pode ser um factor facilitador e protector na adaptação da criança ao divórcio.

Futuramente, seria interessante investigar outras variáveis que poderão estar também aqui associadas, como a personalidade da criança e o modo como o divórcio ocorreu, que podem também funcionar como agentes facilitadores e protectores.

A participação e presença dos avós e a prática de actividades como desporto, música e grupos (e.g. escuteiros) são também actividades apontadas pela literatura como factores protectores e facilitadores do processo de divórcio para as crianças (Sandler, Tein, & West, 1994, cit. Amato, 2000; Ribeiro, 2007). Contudo, não foram obtidos dados suficientes para que se conseguisse evidenciar a influência destas variáveis, pois na sua maioria, as crianças pertencentes ao grupo monoparental praticam algum tipo de actividade, das acima referidas e têm contacto regular com os avós, não sendo possível fazer uma comparação entre eles.

Relativamente às diferenças encontradas entre o inventário dos pais e dos professores no grupo de crianças em situação monoparental, os professores identificaram mais problemas que os pais em três dimensões: Comportamentos Agressivos, Depressão e Ansiedade; e os pais apenas identificaram mais problemas numa dimensão: as Queixas Somáticas. A dimensão Isolamento foi identificada igualmente por pais e professores. Sendo que a diferença na identificação de problemas, entre pais e professores é de três dimensões, pode admitir-se que são os professores a identificar mais problemas de comportamento. Como já foi anteriormente referido, os pais passam menos tempo com os filhos quando estes entram para a escola e os professores estão, agora, mais atentos, sendo esta uma hipótese explicativa para o facto de, neste estudo, os professores identificarem mais comportamentos problemáticos.

Posto isto, podemos pensar que estes resultados possam estar um pouco aquém da realidade comportamental destas crianças, pelo menos no que toca à percepção parental, sendo por isso que se decidiu, no início da investigação, “olhar” o comportamento das

crianças, não só através da percepção dos pais, mas também do ponto de vista professores, pela riqueza de informação e pela vantagem de ter duas perspectivas diferentes da mesma criança. Esta abordagem, de perspectivar os comportamentos da criança em dois dos contextos da sua vida, teve por base a Psicopatologia Desenvolvimental (Sroufe & Rutter, 1999) e da teoria de Bronfenbrenner de sistemas ecológicos, segundo as quais é dada especial relevância aos diversos contextos em que a criança se desenvolve e actua. Assim sendo, é importante perspectivar o comportamento da criança não apenas num contexto da sua vida, mas em vários, pois esta desenvolve-se e interage em vários contextos e esses, de algum modo, influenciam o seu desenvolvimento, condutas e comportamento.

No que diz respeito às dimensões identificadas por pais e professores, a literatura diz-nos que os pais têm mais tendência para identificar comportamentos de ordem internalizante (Stevens, Volleberg, Pels & Crijnen, 2005, cit. Araújo, 2009) e os professores os de ordem mais externalizante (Achenbach & Rescorla, 2007b; Javo, Roning, Hangard & Rudmin, 2009, cit. Araújo, 2009), o que não se verificou totalmente, pois, tanto os pais identificaram comportamentos de ordem externalizante (Comportamentos Agressivos) como os professores também identificaram comportamentos de ordem internalizante (Isolamento Social). Isto pode ser explicado pela ideia de que hoje em dia os professores estão mais atentos e dão maior importância aos estados emocionais da criança e muitas vezes são eles a alertar os pais acerca de mudanças de comportamento. Na actualidade, alguns professores já estão consciencializados que o seu papel vai muito mais além do que a simples transmissão de conhecimentos.

As dimensões identificadas por pais e professores vão de encontro ao que a literatura sugere ser natural que as crianças expressem, em situação de divórcio, como já foi anteriormente referido, acrescentando-se duas dimensões que não tinham ainda surgido, nas crianças em situação monoparental, as Queixas Somáticas e os Comportamentos Agressivos.

Quando a criança está preocupada, insegura, triste e não quer falar disso, muitas vezes pode surgir no corpo o que lhe vai na alma. Exemplos disso são as frequentes alterações do sono (insónias, pesadelos), alterações do apetite, nomeadamente a falta dele e as alterações cutâneas (alergias). Estes sintomas são uma forma de resposta ao que se está a passar ao redor da criança e muitas vezes face a comportamentos específicos do pai ou da mãe.

No que concerne aos comportamentos agressivos também eles são naturais nesta fase (Hetherington & Stanley-Hagan, 1995; Ribeiro, 2007). A birra inesperada por um brinquedo,

o pontapé ao amigo na escola porque este não quis brincar com ele, a afronta constante aos pais e às suas decisões, os pesadelos, fazer xixi na cama, podem ser exemplos do modo que as crianças encontraram para expressarem os seus sentimentos e, a existência, intensidade e duração destes podem ser indicadores do estado emocional da criança. Em situações de divórcio, as crianças podem expressar a sua confusão, raiva e ressentimento através de comportamentos agressivos, sendo exigentes e não cooperantes (Hetherington & Stanley-Hagan, 1995). Os pais são cada vez mais alertados pelos profissionais a estarem atentos a este tipo de comportamentos e a tentar compreendê-los, também do ponto de vista da criança.

Por último, mas não menos importante, atendeu-se à importância do contacto com o progenitor que saiu de casa no divórcio, usualmente o pai. Assim, comparou-se as crianças do grupo monoparental que viam o pai/mãe de 15 em 15 dias com as que viam uma vez por semana. Os motivos pelos quais se escolheram estas duas frequências de visita devem-se ao facto de estas terem sido as que tiveram maior frequência de resposta, em detrimento à hipótese de resposta “não têm contacto com a figura parental que saiu de casa”. Um outro motivo que levou à escolha destas duas frequências foi que embora não difiram muito em termos temporais, em termos qualitativos faz toda a diferença ver o pai de 15 em 15 dias ou uma vez por semana, não obstante da qualidade da relação, no sentido em que antes do divórcio a criança convivia todos os dias com este.

O divórcio não implica necessariamente perda de contacto, relação ou interacção, pois isto pode acontecer em qualquer tipo de família devido a circunstâncias específicas (e.g. razões profissionais). Do ponto de vista psicológico, o que importa não é a coabitação em si, mas sim a ordem simbólica em que a existência de um pai e de uma mãe se implicam (Leal, 2005).

Os resultados encontrados indicam que as crianças que estão uma vez por semana com o progenitor que saiu de casa apresentam mais problemas de comportamento que os que vêm de 15 em 15 dias.

Os resultados obtidos não são suportados pela literatura que aponta a ausência ou a interrupção brusca de uma vivência que antes era dia a dia, que depois do divórcio deixa de ser, como um factor importante que pode influenciar negativamente o comportamento, a conduta e o bem-estar da criança, acompanhado por sentimentos como a insegurança, tristeza, medo de perda e abandono (Ribeiro, 2007). Antes guiada diariamente por dois pais, a criança passa a ser orientada apenas por um, todo o seu quotidiano muda, sendo que os papéis e

organizações familiares podem ficar confusos, confundindo e destabilizando ainda mais a criança, o que pode originar problemas de comportamento (Ribeiro, 2007).

Acrescido aos problemas de comportamento que a criança pode desenvolver, face a um divórcio com uma possível “ausência” masculina, há também a possibilidade da existência de uma lacuna no modelo masculino de identificação de género, no caso dos rapazes. As raparigas, para além dos problemas de comportamento, já referidos, tendem a sentir-se rejeitadas e abandonadas. A distância, a ausência do pai, ou a pouca convivência com ele, dificulta a que a rapariga valorize a sua feminilidade e aprenda comportamentos femininos (King, 2001).

Assim sendo, seria expectável que as crianças que vêem o pai mais espaçadamente (15 em 15 dias) fossem identificadas como tendo mais problemas que as do outro grupo (uma semana), o que não aconteceu. Esta diferença em relação ao que literatura apresenta e os resultados obtidos pode estar relacionada com o facto de, nesta amostra, a qualidade da relação existente entre o pai que saiu de casa e filho se tenha mantido ou mesmo melhorado, não esquecendo as características de personalidade de cada criança. Uma criança não é uma folha em branco onde se escreve o que se quer e depois se apaga, ela tem, ou começa a ter a sua personalidade, as suas defesas e o seu próprio entendimento sobre o mundo que a rodeia.

Tendo em conta que a maioria dos divórcios, nesta amostra, aconteceu há dois anos pode-se pensar também na possibilidade de que ainda seja um acontecimento recente para a criança e a ausência do pai na sua rotina do dia-a-dia seja ainda muito sentida, independentemente da frequência das visitas.

6. Conclusão

Como principal conclusão desta investigação, pode-se constatar que as crianças em famílias monoparentais foram apontadas por pais e professores, como tendo mais problemas de comportamento que as crianças de famílias intactas, sendo o divórcio uma variável importante a considerar, salientando-se também o importante papel da família e como o bem-estar familiar afecta o comportamento da criança. Mas até que ponto será o divórcio uma experiência tão fragilizante? Cada criança tem a sua singularidade, as suas características próprias, não sendo possível fazer “previsões” ou indicações seguras sobre que caminho essa criança vai percorrer. Contudo, podemos sempre garantir no aqui e agora que ela se sinta segura, protegida e amada, esforçando-nos por olhar o divórcio do ponto de vista da criança.

Este estudo avaliou em três escolas da área da grande Lisboa 30 crianças em situação monoparental e 33 em famílias intactas verificando-se que existem diferenças ao nível do comportamento entre estes dois grupos, sendo que o grupo de crianças em situação monoparental foi identificada pelos professores como tendo mais problemas que o grupo de crianças de famílias intactas e não foram encontradas diferenças entre géneros no grupo monoparental. No que diz respeito aos factores de protecção, a variável irmãos parece influenciar o comportamento das crianças, em situação monoparental, na medida em que, as crianças sem irmãos foram identificadas como tendo mais problemas de comportamento do que aquelas que os têm. Quanto às respostas dadas por pais e professores, no geral, foram encontradas diferenças significativas, sendo que professores identificam mais problemas de comportamento que os pais, nas crianças do grupo monoparental. No que concerne à variável frequência de visitas do progenitor que saiu de casa foram encontradas diferenças significativas entre o grupo de crianças que vê o pai de 15 em 15 dias e o grupo que vê uma vez por semana, sendo que os segundos são identificados como tendo mais problemas.

A presente investigação tem em conta a percepção de diferentes informadores, pais e professores, acerca do comportamento infantil, que participam em diferentes contextos da vida da criança. Este conjunto de informações permite ter uma visão muito mais completa e enriquecedora, fundamental para percebermos melhor o comportamento da criança no geral e especificamente que comportamentos ela exhibe - em que condições e em que contexto. Todas estas informações são valiosas na medida em que podemos, com mais segurança, avançar, se

necessário, com um plano de intervenção mais completo e ajustado às necessidades da criança em questão.

Esta investigação poderia também ter contemplado o ponto de vista da criança acerca do divórcio dos pais e do seu próprio comportamento. Contudo face à dificuldade sentida na recolha da amostra monoparental, não foi possível.

Como contribuição para a prática clínica este estudo, realça a importância da intervenção com a criança que passa pelo divórcio dos pais, tendo em conta os diferentes contextos que a envolvem e nos quais está inserida. Sendo igualmente muito importante alertar os pais, em consciência, sem intervir na resolução do problema conjugal, no que diz respeito à compreensão e expressão de comportamentos e sentimentos dos seus filhos face ao divórcio, para que os possam ajudar e orientar da melhor maneira possível. Considera-se também importante, a outro nível de ajuda parental, encontrar estratégias harmoniosas que ajudem a que o conflito conjugal não se torne também parental e não afecte a criança.

Como proposta para futuros estudos, na área do divórcio e das suas consequências na criança, proponho que se averigúe mais a fundo a influência dos factores protectores, a variável conflito conjugal, as diferenças entre as percepções do pai e da mãe acerca do comportamento do filho e o ponto de vista da criança, o mais importante de todos.

7. Referências

- Achenbach, T. & McConaughy, S. (2003). The Achenbach System of Empirically Based Assessment, (pp. 406- 433). In Reynolds, C. & Kamphaus, R. *Handbook of Psychological & Educational Assessment of Children - Personality, Behavior and Context*, (2th ed.). New York: The Guilford Press.
- Amato, P.(2000). The Consequences of Divorce for Adults and Children. *Journal of Marriage and the Family*, (pp. 1269–1287). 62
- Araújo, L. (2010). *Relação entre comportamento na infância e a vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte – MG*. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Psicologia de São Paulo.
- Bayle, F. (2005). A Parentalidade. In Leal, I. *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*, (pp.317 -346). Lisboa: Edições Fim de Século.
- Carneiro, I. (2006). *Divórcios Cresceram 98% em dez anos*. *Jornal de Notícias*. Consultado a 10 de Junho de 2010 através de: http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=549471
- Clarke-Stewart, K., Vandell, D., McCartney, K., Owen, M. & Booth.(2000). Effects of Parental Separation and Divorce on Very Young Children. *Journal of Family Psychology*, 14 (2), 304-326.
- Conger, R., Lorenz, F. & Wickrama, K.A.S.(2004). Changing Families in Changing Times. In *Continuity and Change in Family Relations*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, M. & Farrell, D. (2006). Child Adaptational Development in Contexts of Interparental Conflict Over Time. *Child Development*, 77, 218-233.
- Dunod, (1997). *Os Filhos do Divórcio*. Lisboa: Terramar. (Tradução do original em língua francesa Les Enfants du Divorce, 1997).

- Eccles, J. (1999). The Development of Children Ages 6 to 14. *The Future of Children When School is Out*, 9 (2), 30-44.
- Fonseca, A., Simões, Rebelo, J., A. Ferreira, A. & Cardoso, F. (1994). Um inventário de competências sociais e de problemas do comportamento em crianças e adolescentes. Child Behavior Checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, 12, 55-78.
- Fonseca, A., Simões, A., Rebelo, J., Ferreira, J. & Cardoso F.(1994). Um Inventário de competências sociais e de problemas do comportamento em crianças e adolescentes. In Pais-Ribeiro, J. (2007). *Avaliação em Psicologia da Saúde: Instrumentos publicados em português* (pp. 55-78). Coimbra: Quarteto.
- Berry, J., Kagitcibasi, C., Georgas, J., Poortinga, Y. & Van de Vijver, F. (2006). *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gonçalves, M. & Simões, M. (2000). O Modelo Multiaxial de Achenbach (ASEBA) na Avaliação Clínica de Crianças e Adolescentes. In I. Soares (Coord.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 43-87). Coimbra: Quarteto.
- Guerra, P.(2005). Família, Divórcio, Parentalidade Que Relações. In Leal, I. *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*, (pp.347-401). Lisboa: Edições Fim de Século.
- Harold, G., Shelton, K., Goeke-Morey, M. & Cummings, M. (2004). *Marital Conflict, Child Emotional Security about Family Relationships and Child Adjustment*. USA: Blackwell Publishing.
- Hetherington, E. & Stanley-Hagan, M. (1995). Parenting in Divorced and Remarried Families. In Bornstein, M. *Handbook of Parenting-Status and Social Conditions of Parenting*, 3, pp. 233-254. UK: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Houzel, D., Emmanuelli, M. & Moggio, F. (2000). *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa: Climepsi.

- Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Portugueses: menos casamentos?*. Consultado a 10 de Junho de 2010 através de: <http://alea-estp.ine.pt/html/actual/html/act33.html>
- Jackson, R. & Leonetti, J. (2001). Parenting the Child in the Context of the Family, (3rd ed.) In Walk, C. & Roberts, M. *Handbook of Clinical Child Psychology*, (pp.807-805). New York: John Wiley and Sons Inc.
- King, E. (2001). Children and Divorce. In Walk, C. & Roberts, M. *Handbook of Clinical Child Psychology*, (pp.1031-1042). New York: John Wiley and Sons Inc.
- Laible, D., Carlo, G., Torquati, J. & Ontai, L.(2004). *Children's Perceptions of Family Relationships as Assessed in a Doll Story Completion Task: Links to Parenting, Social Competence, and Externalizing Behavior*. England: Blackwell Publishing.
- Leal, I.(2005). *As novas e Velhas Parentalidades*. In Leal, I. *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*, (pp.363 -409). Lisboa: Fim de Século.
- Mack, K. (2001). *Childhood Family Disruptions And Adult Well-Being: The Differential Effects of Divorce and Parental Death*.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística: com o PASW Statistics (ex- SPSS)*. Pêro Pinheiro.
- Mucchielli, L. (2002). Monoparentalidade, Divórcio e Delinquência Juvenil: uma relação controversa. In Fonseca, A. *Comportamento Anti-Social e Família – Uma abordagem Científica*,(pp. 213 – 243). Coimbra: Almedina.
- Pais-Ribeiro, J. (2007). *Avaliação em Psicologia da Saúde: Instrumentos publicados em português*. Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. & Vaz, C. (2007). Monoparentalidade: Uma Família à Parte ou Parte de uma Família. In Relvas, A. & Alarcão, M. (Eds.), *Novas Formas de Família*, (pp. 253-269). Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A.(1996). *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica*. Lisboa: Edições Afrontamento.

- Ribeiro, M.(2007). *As crianças e o Divórcio*. Lisboa: Editorial Presença.
- Shaffer, D. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência*, (pp. 60-64 536 – 547). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Silva, F.(2008). *Autonomia Comportamental nas Crianças antes de Ingressarem na Escola Primária: Comportamentos de Autonomia e Perturbação Emocional e Comportamental*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Slater, A. & Muir, D. (1999).*Psicologia do Desenvolvimento*. Instituto Piaget.
- Sroufe, L. & Rutter, M.(1999). O Domínio da Psicopatologia Desenvolvidor. In Slater, A. & Muir, D. *Psicologia do Desenvolvimento*, (pp. 635-655). Instituto Piaget.
- Souza, R. (2000). Depois que Papai e Mamãe se Separam: um Relato dos Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, (3), 202-211.
- Szelbrackowski, A. & Dessen, M.(2007). *Problemas de Comportamento Exteriorizados e as Relações Familiares: Revisão de Literatura*. *Psicologia em Estudo*, 12. Consultado a 10 de Dezembro de 2009 através de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000100005&lang=pt
- Woosley, J., Dennis, C., Robertson, K. & Goldstein, J.(2009). Perceived Psychological Well-Being of Children From Divorced and Nondivorced Families. *Psi Chi Journal*, 14, (1).

8. ANEXOS

Anexo A

Questionário de Caracterização da Amostra

Leia com atenção as questões que se seguem e preencha. Obrigado.

Acerca de si:

1. Este questionário será preenchido por: Mãe Pai
2. Idade: Mãe Pai
3. Habilitações Escolares da Mãe: _____
Habilitações Escolares do Pai: _____
4. É casado(a) /junto(a):
Sim Se respondeu sim, refira há quanto tempo: _____
Não

Se respondeu que sim à pergunta anterior passe para a pergunta 6!

5. É divorciado (a)/separado(a):
Sim Se respondeu sim, refira há quanto tempo: _____
Não
6. De quanto em quanto tempo é que a criança vê o membro da família que saiu de casa aquando do divórcio:
3x por semana
2x por semana
1x por semana
De 15 em 15 dias
Não vê

Acerca da criança que está a frequentar a primária (1º ao 4º ano):

7. Tem irmãos:
Sim Quantos? _____ São mais velhos ou mais novos? _____
Não

8. Vive com quem? _____

9. Tem contacto com os avós:

Sim

Todos os dias

3x por semana

2x por semana

1x por semana

Menos de uma vez por semana

Não _____

10. Faz algum desporto/actividades recreativas:

Sim Qual: _____

Não

Obrigado!

Anexo B

Carta de Autorização de Recolha de Dados

Exmo. Sr. Director

Eu Cláudia Rodrigues Sequeira de Figueiredo, mestranda em Psicologia Clínica no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, sob a orientação da Professora Doutora Teresa Botelho, venho por este meio solicitar autorização para a recolha de dados no presente estabelecimento de ensino, para a realização de uma tese com a pertinência de comparar os comportamentos de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos, consoante a sua estrutura familiar. Neste sentido, a participação neste estudo requer a participação de 60 crianças, 30 filhas de pais divorciados e 30 filhas de pais casados, através do preenchimento do *Child Behaviour Checklist de Achenbach (CBCL)* pelos pais, a preencher em casa. Será também necessária a colaboração dos professores no preenchimento *Teacher's Report Form (TRF, Achenbach & Edelbrock, 1986)* relativamente a cada aluno.

Com os melhores cumprimentos,

A mestranda

A orientadora

(Sr. Director)

Lisboa, __ de _____ 2010

Anexo C

Folha de Rosto do Protocolo de Avaliação

Caros pais,

Venho por este meio pedir a vossa participação na minha tese de mestrado, realizada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, que tem como objectivo de estudo comparar os comportamentos de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 8/9 anos, consoante a sua estrutura familiar.

Assim, peço encarecidamente o preenchimento dos questionários e da carta de autorização de participação que se encontram em anexo a esta carta e que os entreguem no máximo no prazo de uma semana à escola novamente (à professora ou na secretaria).

Os dados recolhidos serão confidenciais, não sendo referidas ou utilizadas quaisquer informações que possam identificar os participantes.

Para qualquer esclarecimento adicional deixo o meu contacto de e-mail: claudia_clika@netcabo.pt

Desde já um muito obrigado pela vossa atenção e pela ajuda a construir a minha tese.

Atenciosamente,

Cláudia Figueiredo

Anexo D

Carta de Consentimento por escrito



Eu _____ autorizo a utilização dos dados recolhidos acerca do meu agregado familiar para efeitos da Tese de Mestrado em Psicologia Clínica, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, que tem como pertinência comparar os comportamentos de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, consoante a sua estrutura familiar.

(Assinatura)

Lisboa, ___ de _____ de 2010

Anexo E

Inventário de Competências Sociais e Problemas de Comportamento em Crianças e Adolescentes (pág. 57-59)

Anexo F

Teacher's Report Form (TRF) (pág.60-62)

Anexo G

Estatística descritiva das características da amostra

Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid masculino	30	48,4	48,4	48,4
feminino	32	51,6	51,6	100
Total	62	100	100	

Idade da criança

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 6	23	37,1	37,1	37,1
7	10	16,1	16,1	53,2
8	24	38,7	38,7	91,9
9	5	8,1	8,1	100
Total	62	100	100	

Idade da mãe

		idade_mae
N	Valid	61
	Missing	1
Mean		38,62
Median		39
Minimum		25
Maximum		52

Idade da mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	25	1	1,6	1,6	1,6
	30	4	6,5	6,6	8,2
	32	5	8,1	8,2	16,4
	33	3	4,8	4,9	21,3
	34	2	3,2	3,3	24,6
	35	5	8,1	8,2	32,8
	36	5	8,1	8,2	41
	37	2	3,2	3,3	44,3
	38	1	1,6	1,6	45,9
	39	5	8,1	8,2	54,1
	40	6	9,7	9,8	63,9
	41	3	4,8	4,9	68,9
	42	2	3,2	3,3	72,1
	43	2	3,2	3,3	75,4
	44	5	8,1	8,2	83,6
	45	3	4,8	4,9	88,5
46	4	6,5	6,6	95,1	
49	2	3,2	3,3	98,4	
52	1	1,6	1,6	100	
	Total	61	98,4	100	
Missing	System	1	1,6		
Total		62	100		

Habilitações da mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	9º ano ou menos	7	11,3	11,5	11,5
	secundario	16	25,8	26,2	37,7
	ensino superior	35	56,5	57,4	95,1
	curso tecnico	3	4,8	4,9	100
	Total	61	98,4	100	
Missing	System	1	1,6		
Total		62	100		

Idade Pai

		idade_pai
N	Valid	52
	Missing	10
Mean		41,00
Median		39,50
Minimum		26
Maximum		69

Idade Pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	26	1	1,6	1,9	1,9
	28	1	1,6	1,9	3,8
	32	6	9,7	11,5	15,4
	33	2	3,2	3,8	19,2
	35	4	6,5	7,7	26,9
	36	1	1,6	1,9	28,8
	37	1	1,6	1,9	30,8
	38	5	8,1	9,6	40,4
	39	5	8,1	9,6	50
	40	3	4,8	5,8	55,8
	41	2	3,2	3,8	59,6
	42	2	3,2	3,8	63,5
	43	3	4,8	5,8	69,2
	44	3	4,8	5,8	75
	45	2	3,2	3,8	78,8
	46	1	1,6	1,9	80,8
	48	3	4,8	5,8	86,5
	49	2	3,2	3,8	90,4
	51	1	1,6	1,9	92,3
	52	1	1,6	1,9	94,2
56	1	1,6	1,9	96,2	
69	2	3,2	3,8	100	
Total		52	83,9	100	
Missing	System	10	16,1		
Total		62	100		

Habilitações Pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 9° ano ou menos secundário	9	14,5	15,5	15,5
Ensino superior	17	27,4	29,3	44,8
doutoramento	30	48,4	51,7	96,6
curso técnico	1	1,6	1,7	98,3
Total	1	1,6	1,7	100
Missing System	58	93,5	100	
Total	4	6,5		
	62	100		

Caracterização Socio-Demográfica das Famílias Monoparentais

Idade da criança

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 6	8	26,7	26,7	26,7
7	7	23,3	23,3	50
8	11	36,7	36,7	86,7
9	4	13,3	13,3	100
Total	30	100	100	

Idade da Criança

		idade_criança
N	Valid	30
	Missing	0
Mean		7,37
Median		7,5
Minimum		6
Maximum		9

Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid masculino	14	46,7	46,7	46,7
feminino	16	53,3	53,3	100
Total	30	100	100	

Idade mãe

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 25	1	3,3	3,3	3,3
30	3	10	10	13,3
32	2	6,7	6,7	20
33	2	6,7	6,7	26,7
34	2	6,7	6,7	33,3
35	1	3,3	3,3	36,7
36	4	13,3	13,3	50
37	1	3,3	3,3	53,3
39	3	10	10	63,3
40	3	10	10	73,3
41	1	3,3	3,3	76,7
43	1	3,3	3,3	80
44	1	3,3	3,3	83,3
45	2	6,7	6,7	90
46	1	3,3	3,3	93,3
49	2	6,7	6,7	100
Total	30	100	100	

Idade Mãe

idade_mae		
N	Valid	30
	Missing	0
Mean		37,6
Median		36,5
Minimum		25
Maximum		49

Habilitações Mãe

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 9° ano ou menos	5	16,7	16,7	16,7
secundário	9	30	30	46,7
ensino superior	16	53,3	53,3	100
Total	30	100	100	

Idade Pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 26	1	3,3	4,2	4,2
28	1	3,3	4,2	8,3
32	2	6,7	8,3	16,7
33	1	3,3	4,2	20,8
35	3	10	12,5	33,3
38	1	3,3	4,2	37,5
39	2	6,7	8,3	45,8
40	2	6,7	8,3	54,2
41	2	6,7	8,3	62,5
43	1	3,3	4,2	66,7
44	1	3,3	4,2	70,8
45	2	6,7	8,3	79,2
46	1	3,3	4,2	83,3
48	2	6,7	8,3	91,7
69	2	6,7	8,3	100
Total	24	80	100	
Missing System	6	20		
Total	30	100		

Idade pai

	idade_pai
N	Valid 24
	Missing 6
Mean	41,29
Median	40
Minimum	26
Maximum	69

Habilitações Pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 9º ano ou menos	4	13,3	14,3	14,3
secundário	9	30	32,1	46,4
Ensino superior	13	43,3	46,4	92,9
doutoramento	1	3,3	3,6	96,4
curso técnico	1	3,3	3,6	100
Total	28	93,3	100	
Missing System	2	6,7		
Total	30	100		

Irmãos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid não	14	46,7	46,7	46,7
sim	16	53,3	53,3	100
Total	30	100	100	

Frequência das visitas do pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid não vê	2	6,7	6,7	6,7
de 15 em 15 dias	10	33,3	33,3	40
uma vez por semana	9	30	30	70
duas vezes por semana	3	10	10	80
3 vezes por semana	2	6,7	6,7	86,7
passa um semana com cada um dos pais	1	3,3	3,3	90
1x por semana e de 15 em 15 dias	2	6,7	6,7	96,7
todos os dias	1	3,3	3,3	100
Total	30	100	100	

Com quem vive

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid mãe	17	56,7	56,7	56,7
mãe e irmaos	10	33,3	33,3	90
uma semana com cada um dos pais	2	6,7	6,7	96,7
mãe/pai e avó	1	3,3	3,3	100
Total	30	100	100	

Avós

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid não	1	3,3	3,3	3,3
sim	29	96,7	96,7	100
Total	30	100	100	

Desporto

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid não	8	26,7	26,7	26,7
sim	22	73,3	73,3	100
Total	30	100	100	

Descrição Sócio-Demográfica das Famílias Intactas

Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid masculino	16	50	50	50
feminino	16	50	50	100
Total	32	100	100	

Idade da criança

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 6	15	46,9	46,9	46,9
7	3	9,4	9,4	56,3
8	13	40,6	40,6	96,9
9	1	3,1	3,1	100
Total	32	100	100	

Idade da criança

		idade_criança
N	Valid	32
	Missing	0
Mean		7
Median		7
Minimum		6
Maximum		9

Idade Mãe

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4	1	3,1	3,2
	32	3	9,4	12,9
	33	1	3,1	16,1
	35	4	12,5	29
	36	1	3,1	32,3
	37	1	3,1	35,5
	38	1	3,1	38,7
	39	2	6,3	45,2
	40	3	9,4	54,8
	41	2	6,3	61,3
	42	2	6,3	67,7
	43	1	3,1	71
	44	4	12,5	83,9
	45	1	3,1	87,1
	46	3	9,4	96,8
	52	1	3,1	100
Total		31	96,9	
Missing System		1	3,1	
Total		32	100	

Idade da mãe

		idade_mae
N	Valid	31
	Missing	1
Mean		39,61
Median		40
Minimum		30
Maximum		52

Habilitações Mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	9º ano ou menos	2	6,3	6,5	6,5
	secundário	7	21,9	22,6	29
	ensino superior	19	59,4	61,3	90,3
	curso tecnico	3	9,4	9,7	100
	Total	31	96,9	100	
Missing	System	1	3,1		
Total		32	100		

idade_pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	32	4	12,5	14,3	14,3
	33	1	3,1	3,6	17,9
	35	1	3,1	3,6	21,4
	36	1	3,1	3,6	25
	37	1	3,1	3,6	28,6
	38	4	12,5	14,3	42,9
	39	3	9,4	10,7	53,6
	40	1	3,1	3,6	57,1
	42	2	6,3	7,1	64,3
	43	2	6,3	7,1	71,4
	44	2	6,3	7,1	78,6
	48	1	3,1	3,6	82,1
	49	2	6,3	7,1	89,3
	51	1	3,1	3,6	92,9
	52	1	3,1	3,6	96,4
	56	1	3,1	3,6	100
	Total		28	87,5	100
Missing	System	4	12,5		
Total		32	100		

Idade Pai

		idade_pai
N	Valid	28
	Missing	4
Mean		40,75
Median		39,00
Minimum		32
Maximum		56

Habilitações Pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	"9° ano ou menos"	5	15,6	16,7	16,7
	"secundário"	8	25,0	26,7	43,3
	"Ensino superior"	17	53,1	56,7	100,0
	Total	30	93,8	100,0	
Missing	System	2	6,3		
Total		32	100,0		

Avós

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	"não"	1	3,1	3,1	3,1
	"sim"	31	96,9	96,9	100,0
	Total	32	100,0	100,0	

Irmãos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	"não"	3	9,4	9,4	9,4
	"sim"	29	90,6	90,6	100,0
	Total	32	100,0	100,0	

Anexo H

Output do Teste à Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Oposição_Imaturidade_CB CL	,180	62	,000	,899	62	,000
Agressividade_CBCL	,206	62	,000	,815	62	,000
Hiperactividade_Atenção_C BCL	,224	62	,000	,894	62	,000
Depressão_CBCL	,344	62	,000	,671	62	,000
Problemas_sociais_CBCL	,270	62	,000	,733	62	,000
Queixas_Somáticas_CBCL	,370	62	,000	,716	62	,000
Isolamento_CBCL	,144	62	,003	,932	62	,002
Ansiedade_CBCL	,208	62	,000	,846	62	,000
Obsessivo_Esquizoide_CB CL	,141	62	,004	,912	62	,000
Isolamento_TRF	,207	62	,000	,790	62	,000
Queixas_Somáticas_TRF	,449	62	,000	,422	62	,000
Ansiedade_Depressão_TR F	,204	62	,000	,788	62	,000
Problemas_Sociais_TRF	,261	62	,000	,675	62	,000
Problemas_Pensamento_T RF	,510	62	,000	,348	62	,000
Problemas_Atenção_TRF	,205	62	,000	,778	62	,000
Comportamentos_Delinque ncia_TRF	,393	62	,000	,630	62	,000
Comportamentos_Agressiv os_TRF	,259	62	,000	,711	62	,000
Outros_problemas_TRF	,240	62	,000	,746	62	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Anexo I

Output da comparação do comportamento de crianças em situação monoparental e crianças em famílias intactas ($\alpha=0.05$)

Test Statistics ^a				
	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
Oposição Imaturidade CBCL	476	941	-0,057	0,955
Agressividade CBCL	443,5	971,5	-0,526	0,599
Hiperactividade Atenção CBCL	406,5	934,5	-1,05	0,294
Depressão CBCL	421,5	949,5	-0,942	0,346
Problemas sociais CBCL	439,5	845,5	-0,13	0,897
Queixas Somáticas CBCL	395	860	-1,352	0,176
Isolamento CBCL	460	925	-0,286	0,775
Ansiedade CBCL	451	979	-0,193	0,847
Obsessivo Esquizoide CBCL	381,5	909,5	-1,208	0,227
Isolamento TRF	345,5	873,5	-1,953	0,051
Queixas Somáticas TRF	437,5	965,5	-0,868	0,385
Ansiedade Depressão TRF	362,5	890,5	-1,684	0,092
Problemas Sociais TRF	372	900	-1,607	0,108
Problemas Pensamento TRF	401	929	-2,026	0,043
Problemas Atenção TRF	429	835	-0,076	0,939
Comportamentos Delinquencia TRF	338	866	-2,416	0,016
Comportamentos Agressivos TRF	439	904	-0,165	0,869

a. Grouping Variable: Divorciado_Q_0P5

Famílias monoparentais

		Comportamentos Delinquencia TRF	Problemas Pensamento TRF
N	Valid	30	30
	Missing	0	0
Mean		1	0,4667
Median		0	0
Mode		0	0
Std. Deviation		1,36458	1,10589
Skewness		1,221	2,549
Std. Error of Skewness		0,427	0,427
Kurtosis		0,26	5,854
Std. Error of Kurtosis		0,833	0,833
Minimum		0	0
Maximum		4	4
Percentiles	25	0	0
	50	0	0
	75	2	0

Famílias Intactas

		Comportamentos_ Delinquencia_TRF	Problemas_ Pensamento_TRF
N	Valid	32	32
	Missing	0	0
Mean		,3125	,1250
Median		,0000	,0000
Mode		,00	,00
Std. Deviation		,73780	,70711
Skewness		2,502	5,657
Std. Error of Skewness		,414	,414
Kurtosis		5,844	32,000
Std. Error of Kurtosis		,809	,809
Minimum		,00	,00
Maximum		3,00	4,00
Percentiles	25	,0000	,0000
	50	,0000	,0000
	75	,0000	,0000

Anexo J

Output da comparação do comportamento entre sexos nas crianças em situação monoparental

Test Statistics^b

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]
Oposição_Imaturidade_CBCL	109	245	-0,126	0,9	,918a
Agressividade_CBCL	110,5	246,5	-0,064	0,949	,951a
Hiperactividade_Atenção_CBCL	71,5	207,5	-1,713	0,087	,093a
Depressão_CBCL	94,5	230,5	-0,824	0,41	,473a
Problemas_sociais_CBCL	86,5	191,5	-1,096	0,273	,294a
Queixas_Somáticas_CBCL	89,5	194,5	-1,116	0,265	,355a
Isolamento_CBCL	99,5	204,5	-0,527	0,599	,608a
Ansiedade_CBCL	70,5	206,5	-1,779	0,075	,085a
Obsessivo_Esquizoide_CBCL	111	247	-0,042	0,966	,984a
Isolamento_TRF	104	209	-0,338	0,736	,759a
Queixas_Somáticas_TRF	93	198	-1,066	0,286	,448a
Ansiedade_Depressão_TRF	72,5	177,5	-1,657	0,098	,101a
Problemas_Sociais_TRF	103,5	208,5	-0,365	0,715	,728a
Problemas_Pensamento_TRF	98	203	-0,833	0,405	,580a
Problemas_Atenção_TRF	67	203	-1,89	0,059	,064a
Comportamentos_Delinquencia_TRF	102,5	238,5	-0,431	0,666	,697a
Comportamentos_Agressivos_TRF	88,5	224,5	-0,991	0,322	,334a
Outros_problemas_TRF	104,5	240,5	-0,321	0,748	,759a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: Sexo

Anexo K

Output de comparação das diferenças de comportamento nas crianças do sexo masculino, consoante o seu tipo de família (famílias monoparentais ou intactas)

Test Statistics^b

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]
Oposição_Imaturidade_CBCL	104	209	-0,335	0,738	,759a
Agressividade_CBCL	105	210	-0,298	0,766	,790a
Hiperactividade_Atensão_CBCL	85,5	221,5	-1,113	0,266	,275a
Depressão_CBCL	90,5	226,5	-1,011	0,312	,377a
Problemas_sociais_CBCL	98,5	203,5	-0,581	0,561	,580a
Queixas_Somáticas_CBCL	71	176	-1,983	0,047	,093a
Isolamento_CBCL	108,5	213,5	-0,148	0,883	,886a
Ansiedade_CBCL	81,5	217,5	-1,292	0,196	,208a
Obsessivo_Esquizoide_CBCL	93	229	-0,807	0,42	,448a
Isolamento_TRF	85	221	-1,16	0,246	,275a
Queixas_Somáticas_TRF	109,5	245,5	-0,176	0,86	,918a
Ansiedade_Depressão_TRF	110,5	215,5	-0,065	0,948	,951a
Problemas_Sociais_TRF	97	233	-0,66	0,509	,552a
Problemas_Pensamento_TRF	96	232	-1,538	0,124	,525a
Problemas_Atensão_TRF	97	202	-0,626	0,532	,552a
Comportamentos_Delinquencia_TRF	80	216	-1,546	0,122	,193a
Comportamentos_Agressivos_TRF	105,5	241,5	-0,273	0,785	,790a
Outros_problemas_TRF	90,5	226,5	-0,937	0,349	,377a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: Divorciado_Q_OP5

Queixas Somáticas
Famílias Monoparentais

N	Valid	14
	Missing	0
Mean		1,4286
Median		0

Queixas Somáticas
Famílias Intactas

N	Valid	16
	Missing	0
Mean		4,250
Median		2

Anexo L

Output da comparação do comportamento das crianças do sexo feminino, consoante o seu tipo de família (monoparental e intacta)

Test Statistics(b)					
	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]
Oposição_Imaturidade_CBCL	123	259	-0,19	0,849	,867a
Agressividade_CBCL	90	226	-1,479	0,139	,160a
Hiperactividade_Atenção_CBCL	117	253	-0,422	0,673	,696a
Depressão_CBCL	121	257	-0,305	0,76	,809a
Problemas_sociais_CBCL	124,5	260,5	-0,136	0,892	,897a
Queixas_Somáticas_CBCL	128	264	0	1	1,000a
Isolamento_CBCL	119,5	255,5	-0,325	0,745	,752a
Ansiedade_CBCL	95	231	-1,29	0,197	,224a
Obsessivo_Esquizoide_CBCL	110	246	-0,689	0,491	,515a
Isolamento_TRF	87,5	223,5	-1,57	0,116	,128a
Queixas_Somáticas_TRF	109,5	245,5	-0,917	0,359	,491a
Ansiedade_Depressão_TRF	70,5	206,5	-2,189	0,029	,029a
Problemas_Sociais_TRF	88	224	-1,59	0,112	,138a
Problemas_Pensamento_TRF	105	241	-1,373	0,17	,402a
Problemas_Atenção_TRF	121	257	-0,272	0,786	,809a
Comportamentos_Delinquencia_T	88	224	-1,904	0,057	,138a
Comportamentos_Agressivos_TRF	112,5	248,5	-0,606	0,544	,564a
Outros_problemas_TRF	86,5	222,5	-1,681	0,093	,119a

Famílias intactas

Statistics

Ansiedade_Depressão_TRF

N	Valid	16
	Missing	0
Mean		2,0625
Median		1,5

Famílias monoparentais

Statistics

Ansiedade_Depressão_TRF

N	Valid	16
	Missing	0
Mean		5,8125
Median		3

Anexo M

Output da comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, consoante a existência de irmãos

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]
Oposição_Imaturidade_CBCL	96	232	-0,671	0,502	,525a
Agressividade_CBCL	97	202	-0,636	0,525	,552a
Hiperactividade_Atenção_CBCL	89	225	-0,973	0,331	,355a
Depressão_CBCL	67	203	-2,119	0,034	,064a
Problemas_sociais_CBCL	67	203	-1,934	0,053	,064a
Queixas_Somáticas_CBCL	76	212	-1,785	0,074	,142a
Isolamento_CBCL	56	192	-2,359	0,018	,019a
Ansiedade_CBCL	73,5	209,5	-1,651	0,099	,110a
Obsessivo_Esquizoide_CBCL	58	194	-2,28	0,023	,025a
Isolamento_TRF	74	210	-1,604	0,109	,120a
Queixas_Somáticas_TRF	89	225	-1,29	0,197	,355a
Ansiedade_Depressão_TRF	89	225	-0,965	0,335	,355a
Problemas_Sociais_TRF	111,5	216,5	-0,021	0,983	,984a
Problemas_Pensamento_TRF	98	234	-0,833	0,405	,580a
Problemas_Atenção_TRF	107,5	212,5	-0,189	0,85	,854a
Comportamentos_Delinquencia_TRF	75,5	211,5	-1,657	0,098	,131a
Comportamentos_Agressivos_TRF	112	217	0	1	1,000a
Outros_problemas_TRF	110,5	246,5	-0,064	0,949	,951a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: Irmãos

Com irmãos
Statistics

		Isolamento CBCL	Obsessivo Esquizoide CBCL	Depressão CBCL
N	Valid	16	16	16
	Missing	0	0	0
Mean		1,8125	1,8125	0,625
Median		1,5	2	0

Sem irmãos
Statistics

		Isolamento CBCL	Obsessivo Esquizoide CBCL	Depressão CBCL
N	Valid	14	14	14
	Missing	0	0	0
Mean		3,7143	3,5714	2,3571
Median		3,5	4	2

Anexo N

Output da comparação das respostas dadas pelos pais e pelos professores relativamente ao comportamento das crianças em situação monoparental

	Comportamentos_ Agressivos_TRF - Agressividade_CB CL	Ansiedade_ Depressão_T RF - Ansiedade_C BCL	Problemas_ Sociais_TRF - Problemas_sociais_CBCL	Queixas_ Somáticas_TRF - Queixas_Somáticas_CBCL	Ansiedade_ Depressão_TR F - Depressão_CB CL	Isolamento_TR F - Isolamento_CB CL
Z	-2,339 ^a	-2,782 ^a	-,634 ^b	-3,432 ^b	-4,089 ^a	-2,229 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	,019	,005	,526	,001	,000	,026

Questionário dos Pais

	Agressividade_ CBCL	Depressão_CB CL	Ansiedade_CB CL	Queixas_ Somáticas_CB CL	Isolamento_TR F
N Valid	62	62	62	62	62
Missing	0	0	0	0	0
Mean	2,0484	1,0323	1,7742	2,7903	1,9839
Median	1,0000	,0000	1,5000	,0000	1,5000
Std. Deviation	2,32187	1,67887	1,80545	3,72909	2,38501
Minimum	,00	,00	,00	,00	,00
Maximum	11,00	7,00	8,00	10,00	11,00

Questionário dos Professores

	Comportamentos_ Agressivos_TRF	Ansiedade_ Depressão_TRF	Queixas_Somáticas_TRF	Isolamento_TRF
N Valid	62	62	62	62
Missing	0	0	0	0
Mean	4,2903	3,6452	,6613	1,9839
Median	2,0000	2,0000	,0000	1,5000
Std. Deviation	6,27874	4,39857	1,81020	2,38501
Minimum	,00	,00	,00	,00
Maximum	30,00	19,00	9,00	11,00

Anexo O

Output de comparação do comportamento das crianças em situação monoparental, conforme a frequência de visitas do progenitor que saiu de casa

Test Statistics^b

	Mann-Whitney U	Wilcoxon W	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]
Oposição_Imaturidade_CBCL	21	76	-1,997	0,046	,053a
Agressividade_CBCL	33,5	88,5	-0,962	0,336	,356a
Hiperactividade_Atenção_CBCL	34	89	-0,923	0,356	,400a
Depressão_CBCL	30	85	-1,328	0,184	,243a
Problemas_sociais_CBCL	37	92	-0,273	0,785	,829a
Queixas_Somáticas_CBCL	43,5	88,5	-0,142	0,887	,905a
Isolamento_CBCL	35,5	90,5	-0,788	0,431	,447a
Ansiedade_CBCL	32	77	-0,765	0,444	,489a
Obsessivo_Esquizoide_CBCL	38,5	83,5	-0,179	0,858	,863a
Isolamento_TRF	41	96	-0,331	0,74	,780a
Queixas_Somáticas_TRF	41,5	96,5	-0,347	0,729	,780a
Ansiedade_Depressão_TRF	43	88	-0,166	0,868	,905a
Problemas_Sociais_TRF	41,5	86,5	-0,293	0,769	,780a
Problemas_Pensamento_TRF	31,5	76,5	-1,424	0,154	,278a
Problemas_Atenção_TRF	19,5	55,5	-1,601	0,109	,114a
Comportamentos_Delinquencia_TRF	38,5	83,5	-0,594	0,553	,604a
Comportamentos_Agressivos_TRF	42	87	-0,249	0,804	,842a
Outros_problemas_TRF	38,5	83,5	-0,543	0,587	,604a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: Q_0P6

De 15 em 15 dias

Oposição_Imaturidade_CBCL

N	Valid	10
	Missing	0
Mean		3,9
Median		3
Std. Deviation		1,9120
Minimum		1
Maximum		7

Uma vez por semana

Oposição_Imaturidade_CBCL

N	Valid	9
	Missing	0
Mean		8,444
Median		9
Std. Deviation		5,318
Minimum		1
Maximum		17